

**Gestão 2022-2024**

Procurador-Geral de Justiça  
**Alexandre Magno Benites de Lacerda**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico  
**Humberto de Matos Brittes**  
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa  
**Nilza Gomes da Silva**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Institucional  
**Paulo César Zeni**  
Corregedor-Geral do Ministério Público  
**Silvio Cesar Maluf**  
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público  
**Helton Fonseca Bernardes**  
Ouvidor do Ministério Público  
**Renzo Siufi**  
Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça  
**Camila Augusta Calarge Doreto**  
Secretária-Geral do MPMS  
**Bianka Karina Barros da Costa**

**COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA**

Procurador de Justiça <i>Sérgio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Riciotti</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrainer</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cesar dos Passos</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Sérgio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procuradora de Justiça <i>Ana Lara Camargo de Castro</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Avila</i>	Procurador de Justiça <i>André Antônio Camargo Lorenzoni</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Filomena Aparecida Depolito Fluminhan</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Júnior</i>	Procurador de Justiça <i>Rogério Augusto Calabria de Araujo</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	Procuradora de Justiça <i>Vera Aparecida Cardoso Bogalho Frost Vieira</i>
Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Fernandes Sisti</i>
Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>	

**EXPEDIENTE EXTERNO:**

De 2ª à 6ª feira, das 12 às 19 horas.

**DISQUE DENÚNCIA**

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: [caocrim@mpms.mp.br](mailto:caocrim@mpms.mp.br)

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão  
e dos Direitos Humanos e das Pessoas com Deficiência

(67) 3357-2449 e-mail: [caodh@mpms.mp.br](mailto:caodh@mpms.mp.br)

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA****RESOLUÇÃO Nº 52/2022-PGJ, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2022**

*Atualiza a Resolução nº 28/2011-PGJ, de 12 de dezembro de 2011.*

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no exercício da atribuição que lhe conferem os arts. 7º, inciso VI, e 113, § 3º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, ouvido o egrégio Colégio de Procuradores de Justiça,

**RESOLVE:**

Art. 1º O índice percentual estipulado no art. 1º da Resolução nº 28/2011-PGJ, de 12 de dezembro de 2011, fica alterado para quinze por cento.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 20 de setembro de 2022.

Campo Grande, 29 de novembro de 2022.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 5954/2022-PGJ, 29 DE NOVEMBRO DE 2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhes conferem os incisos V e VI do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, e considerando o disposto nos artigos 1º e 5º da Resolução nº 018/2015-PGJ, de 17 de junho de 2015,

**R E S O L V E:**

O valor previsto na Portaria nº 2092/2022-PGJ, de 5.5.2022, fica corrigido em 20% (vinte por cento), com efeitos a partir de 20 de setembro de 2022.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 5805/2022-PGJ, DE 25.11.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E:**

Designar os membros do Ministério Público abaixo nominados para, sem prejuízo de suas funções, responderem pela 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Naviraí, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Daniel Pivaro Stadniky, conforme quadro abaixo; e tornar sem efeito a Portaria nº 5720/2022-PGJ, de 21.11.2022.

MEMBRO	PERÍODO
Juliana Martins Zaupa	21.11.2022 e 27.11 a 5.12.2022
Andre Luiz de Godoy Marques	22 a 26.11.2022

ALEXANDRE MAGNO BENITER DE LACERDA  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 5806/2022-PGJ, DE 25.11.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar os membros do Ministério Público abaixo nominados para, sem prejuízo de suas funções, responderem pela 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Naviraí, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Daniel Pivaro Stadniky, conforme quadro abaixo; e tornar sem efeito a Portaria nº 5721/2022-PGJ, de 21.11.2022.

MEMBRO	PERÍODO
Leticia Rossana Pereira Ferreira Berto de Almada	21.11.2022 e 28.11 a 5.12.2022
Lia Paim Lima	22 a 27.11.2022

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 5807/2022-PGJ, DE 25.11.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 7º, inciso XII, alínea “h”, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral os membros do Ministério Público abaixo nominados para, sem prejuízo de suas funções, atuarem perante a 2ª Zona Eleitoral, conforme quadro abaixo; e tornar sem efeito a Portaria nº 5722/2022-PGJ, de 21.11.2022.

MEMBRO	PERÍODO
Leticia Rossana Pereira Ferreira Berto de Almada	21.11 e 28.11 a 5.12.2022
Juliana Martins Zaupa	22 a 27.11.2022

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 5808/2022-PGJ, DE 25.11.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar a 4ª Promotora de Justiça de Naviraí, Juliana Martins Zaupa, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 3ª Promotoria de Justiça da referida Comarca no período de 22 a 25.11.2022, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Leticia Rossana Pereira Ferreira Berto de Almada.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 5815/2022-PGJ, DE 25.11.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar o 13º Promotor de Justiça de Campo Grande, Pedro Arthur de Figueiredo, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 12ª Promotoria de Justiça da referida Comarca no período de 19 a 23.11.2022, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Rodrigo Yshida Brandão.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 5816/2022-PGJ, DE 25.11.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar o Promotor de Justiça de Ribas do Rio Pardo, George Zarour Cezar, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Promotoria de Justiça e pelo Juizado Especial Adjunto da comarca de Água Clara no período de 21 a 28.11.2022, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Felipe Almeida Marques.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 5817/2022-PGJ, DE 25.11.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 7º, inciso XII, alínea “h”, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral o Promotor de Justiça George Zarour Cezar, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 23ª Zona Eleitoral no período de 21 a 28.11.2022, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Felipe Almeida Marques.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 5818/2022-PGJ, DE 25.11.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar o Promotor de Justiça de Deodápolis, Anthony Allison Brandão Santos, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Promotoria de Justiça e pelo Juizado Especial Adjunto da comarca de Glória de Dourados no dia 25.11.2022, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Gilberto Carlos Altheman Júnior.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 5819/2022-PGJ, DE 25.11.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar o Promotor de Justiça de Deodápolis, Anthony Allison Brandão Santos, para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Juizado Especial Adjunto da Comarca de Fátima do Sul no dia 25.11.2022, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Gilberto Carlos Altheman Júnior.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 5820/2022-PGJ, DE 25.11.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar os membros do Ministério Público abaixo nominados para, sem prejuízo de suas funções, responderem pela 1ª e 2ª Promotorias de Justiça da comarca de Fátima do Sul, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Rodrigo Cintra Franco, conforme quadro abaixo; e tornar sem efeito a Portaria nº 5247/2022-PGJ, de 26.10.2022.

MEMBRO	PERÍODO
Gilberto Carlos Altheman Júnior	21 a 24.11.2022
Anthony Allison Brandão Santos	25.11.2022

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 5821/2022-PGJ, DE 25.11.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 7º, inciso XII, alínea “h”, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral os membros do Ministério Público abaixo nominados para, sem prejuízo de suas funções, atuarem perante a 4ª Zona Eleitoral, conforme quadro abaixo; e tornar sem efeito a Portaria nº 5248/2022-PGJ, de 26.10.2022.

MEMBRO	PERÍODO
Gilberto Carlos Altheman Júnior	21 a 24.11.2022
Anthony Allison Brandão Santos	25.11.2022

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 5822/2022-PGJ, DE 25.11.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar a 56ª Promotora de Justiça de Campo Grande, Aline Mendes Franco, para, sem prejuízo de suas funções, participar das audiências na 2ª Vara do Tribunal do Júri da referida Comarca no dia 21.11.2022.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 5823/2022-PGJ, DE 25.11.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar o Promotor de Justiça Thalys Franklyn de Souza, Assessor Especial do Procurador-Geral de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Assessoria Especial do Procurador-Geral de Justiça 4, Assep 4, no período de 9 a 11.11.2022, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Cristiane Mourão Leal Santos.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 5824/2022-PGJ, DE 25.11.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar o Promotor de Justiça Ricardo de Melo Alves para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Coordenação das Atividades de Segurança Institucional, no que se refere à segurança de pessoas, no período de 9 a 11.11.2022, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Cristiane Mourão Leal Santos.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 5825/2022-PGJ, DE 25.11.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “F” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar o 9º Promotor de Justiça de Três Lagoas, Luciano Anechini Lara Leite, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 6ª Promotoria de Justiça da referida Comarca no período de 21 a 23.11.2022, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Jui Bueno Nogueira.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 5826/2022-PGJ, DE 25.11.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 7º, inciso XII, alínea “h”, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral a Promotora de Justiça Daniela Araujo Lima da Silva, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 51ª Zona Eleitoral no período de 21 a 23.11.2022, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Jui Bueno Nogueira.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 5827/2022-PGJ, DE 25.11.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “F” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar o 17º Promotor de Justiça de Dourados, Luiz Gustavo Camacho Terçariol, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a audiência dos Autos nº 0000199-08.2012.8.12.0029, em trâmite na 1ª Vara Criminal da comarca de Naviraí, no dia 30.11.2022.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 5832/2022-PGJ, DE 25.11.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Incluir na Portaria nº 5493/2022-PGJ, de 8.11.2022, que convocou membros para participarem do evento "Júri em destaque", a Promotora de Justiça Ana Cristina Carneiro Dias.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 5833/2022-PGJ, DE 25.11.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Convocar os membros abaixo relacionados para participarem do evento "Cidadania LGBT+ e Homotransfobia", no dia 17.11.2022, no Auditório Dr. Nereu Aristides Marques, na sede do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, na Rua Pres. Manuel Ferraz de Campos Salles, nº 214, Jardim Veraneio, em Campo Grande, desde que não haja qualquer prejuízo à continuidade dos trabalhos afetos às respectivas unidades de serviço.

- Aline Mendes Franco
- Ana Cristina Dias
- Camila Augusta Calarge Doreto
- Douglas Silva Teixeira
- Helen Neves Dutra da Silva
- Moisés Casarotto

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 5837/2022-PGJ, DE 25.11.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea "f" do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar a 4ª Promotora de Justiça de Naviraí, Juliana Martins Zaupa, para, sem prejuízo de suas funções, atuar nas audiências da 2ª Vara Criminal da referida Comarca, conforme segue:

AUTOS Nº	DIA
0003849-24.2016.8.12.0029	23.11.2022
0004992-19.2014.8.12.0029	1º.12.2022

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 5839/2022-PGJ, DE 25.11.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea "f" do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar o 20º Promotor de Justiça de Campo Grande, Douglas Oldegardo Cavalheiro dos Santos, para, sem prejuízo de suas funções, atuar nos Autos nº 0041100-92.2018.8.12.0001, em trâmite na 2ª Vara do Tribunal do Júri da referida comarca.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça



**PORTARIA Nº 5842/2022-PGJ, DE 25.11.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder ao Promotor de Justiça Matheus Carim Bucker 3 (três) dias de compensação no período de 30.11 a 2.12.2022, pelo exercício da atividade ministerial em plantão realizada nos dias 7, 24 e 25.9.2022, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 5843/2022-PGJ, DE 25.11.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar a Promotora de Justiça Substituta Mayara Santos de Sousa para, sem prejuízo de suas funções, atuar nas audiências da 1ª Vara da comarca de Maracaju no dia 25.11.2022.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 5844/2022-PGJ, DE 25.11.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Convocar os membros abaixo relacionados para participarem do evento "Violência de Gênero e Antirracismo", no dia 18.11.2022, no Auditório Dr. Nereu Aristides Marques, na sede do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, na Rua Pres. Manuel Ferraz de Campos Salles, nº 214, Jardim Veraneio, em Campo Grande, desde que não haja qualquer prejuízo à continuidade dos trabalhos afetos às respectivas unidades de serviço.

- Aline Mendes Franco
- Douglas Silva Teixeira
- Moisés Casarotto
- Plínio Alessi Junior

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 5848/2022-PGJ, DE 25.11.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar o 1º Promotor de Justiça de Três Lagoas, Antonio Carlos Garcia de Oliveira, para, sem prejuízo de suas funções, atuar nas audiências dos Autos nºs 0800909-19.2017.8.12.0029 e 0800305-29.2015.8.12.0029, em trâmite na 1ª Vara Cível da Comarca de Naviraí, no dia 29.11.2022.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça



**PORTARIA Nº 5849/2022-PGJ, DE 25.11.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar o 1º Promotor de Justiça de Três Lagoas, Antonio Carlos Garcia de Oliveira, para, sem prejuízo de suas funções, atuar nas audiências dos Autos nºs 0800661-48.2020.8.12.0029, 0801836-19.2016.8.12.0029, 0809394-03.2020.8.12.0029, 0801254-43.2021.8.12.0029 e 0804782-22.2020.8.12.0029, em trâmite na 2ª Vara Cível da Comarca de Naviraí, no dia 6.12.2022.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 5851/2022-PGJ, DE 25.11.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar a 75ª Promotora de Justiça de Campo Grande, Helen Neves Dutra da Silva, para, sem prejuízo de suas funções, atuar nos Autos nº 0023492-42.2022.8.12.0001, em trâmite na 13ª Vara Cível da comarca de Campo Grande.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 5857/2022-PGJ, DE 25.11.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder à Promotora de Justiça Jerusa Araujo Junqueira Quirino a conversão em abono pecuniário de um terço de férias, no período de 21 a 30.11.2022, referentes ao período aquisitivo 2021/2022, nos termos do artigo 149, § 1º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, alterada pela Lei Complementar nº 227, de 19 de outubro de 2016 (PGA nº 09.2022.00011551-7).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 5860/2022-PGJ, DE 25.11.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar os membros do Ministério Público abaixo nominados para, sem prejuízo de suas funções, responderem pela Promotoria de Justiça e pelo Juizado Especial Adjunto da comarca de Rio Verde de Mato Grosso, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Matheus Carim Bucker, conforme segue.

MEMBRO	PERÍODO
Daniel Higa de Oliveira	30.11 e 1º.12.2022
Thiago Barile Galvão de França	2.12.2022

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 5861/2022-PGJ, DE 25.11.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 7º, inciso XII, alínea “h”, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral os membros do Ministério Público abaixo nominados para, sem prejuízo de suas funções, atuarem perante a 21ª Zona Eleitoral, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Matheus Carim Bucker, conforme segue:

MEMBRO	PERÍODO
Daniel Higa de Oliveira	30.11 e 1º.12.2022
Thiago Barile Galvão de França	2.12.2022

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 5867/2022-PGJ, DE 25.11.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar a 4ª Promotora de Justiça de Naviraí, Juliana Martins Zaupa, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a Supervisão das Promotorias de Justiça da referida Comarca no período de 22 a 25.11.2022, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Leticia Rossana Pereira Ferreira Berto de Almada.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 5889/2022-PGJ, DE 25.11.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Alterar a Portaria nº 5753/2022-PGJ, de 23.11.2022, que estabeleceu a Escala de Plantão dos Promotores de Justiça referente ao mês de dezembro de 2022, de forma que:

- onde consta:

PERÍODO DO PLANTÃO	PROMOTORIA DE JUSTIÇA	PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA	TELEFONE DO PLANTÃO
<b>REGIÃO 5 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE SETE QUEDAS, IGUAATEMI, ELDORADO E MUNDO NOVO</b>			
3 e 4.12.2022	2ª PJ de Mundo Novo	Paulo da Graça Riquelme de Macedo Junior	99977-4355
10 e 11.12.2022	1ª PJ de Mundo Novo	Lenize Martins Lunardi Pedreira	99662-7952

- passe a constar:

PERÍODO DO PLANTÃO	PROMOTORIA DE JUSTIÇA	PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA	TELEFONE DO PLANTÃO
<b>REGIÃO 5 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE SETE QUEDAS, IGUAATEMI, ELDORADO E MUNDO NOVO</b>			
3 e 4.12.2022	PJ de Iguaatemi	Andre Luiz de Godoy Marques	99144-2018
10 e 11.12.2022	2ª PJ de Mundo Novo	Paulo da Graça Riquelme de Macedo Junior	99977-4355

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 5891/2022-PGJ, DE 25.11.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder ao Promotor de Justiça Daniel Higa de Oliveira 1 (um) dia de compensação no dia 2.12.2022, pelo exercício da atividade ministerial em plantão realizada no dia 4.7.2021, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 5834/2022-PGJ, DE 25.11.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Revogar, a partir de 17.7.2022, a Portaria nº 5275/2021-PGJ, de 8.12.2021.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 5836/2022-PGJ, DE 25.11.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar o servidor Bruno Dantas Sanchez, Chefe do Setor de Manutenção e Suporte, do Quadro do Ministério Público Estadual, como fiscal do Termo de Permissão de Uso Gratuito de Bem Público Especial decorrente do Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2021.00004160-3.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 5853/2022-PGJ, DE 25.11.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso X do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Exonerar, a pedido, a partir de 28.11.2022, do cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, o servidor Jean Kleber Soares de Oliveira, nos termos do inciso II do artigo 57 da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 5854/2022-PGJ, DE 25.11.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso X do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Nomear Maria Gabriela Soares Fonseca para exercer o cargo em comissão de Assessora Jurídica, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, em vaga prevista no Anexo VI da Lei nº 4.134, de 6 de dezembro de 2011, na 4ª Promotoria de Justiça de Três Lagoas, decorrente da exoneração do servidor Jean Kleber Soares de Oliveira.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 5855/2022-PGJ, DE 25.11.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso X do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Nomear Isadora Abreu de Medeiros para exercer o cargo em comissão de Assessora Jurídica, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, em vaga prevista no Anexo VI da Lei nº 4.134, de 6 de dezembro de 2011, no Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais e do Controle Externo da Atividade Policial, Caocrim, decorrente de licença-maternidade da servidora Kalyanna Arar Falcão Rissato.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 5865/2022-PGJ, DE 25.11.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XI do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Exonerar, a pedido, a partir de 2.12.2022, do cargo efetivo de Técnico II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, o servidor Lucival Rodrigues de Oliveira Junior, nos termos do inciso I do artigo 56 da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 5835/2022-PGJ, DE 25.11.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestor e fiscal do convênio decorrente do Processo nº 09.2022.00005196-0, conforme segue: 1) Gestor – Diogo Banzer da Motta, Diretor da Secretaria do Centro de Pesquisa, Análise, Difusão e Segurança da Informação; 2) Fiscal – Eliani Soares Rodrigues, Técnica I.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 5850/2022-PGJ, DE 25.11.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Alterar a Portaria nº 5726/2022-PGJ, de 21.11.2022, na parte que designou servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como fiscais do Contrato nº 156/PGJ/2022, de forma que, onde consta: “3) Fiscal Técnico – Bruno Zanatto Macedo, Analista/Engenharia; 3.1) Suplente – Elvey Tessaro Andrade, Analista/Engenharia Elétrica”, passe a constar: “3) Fiscal Técnico – Elvey Tessaro Andrade, Analista/Engenharia Elétrica; 3.1) Suplente – Bruno Zanatto Macedo, Analista/Engenharia” (PGA nº 09.2022.00001463-2).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº e-1367/2022/PGJ, DE 8.11.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao(à) Promotor(a) de Justiça Juliano Albuquerque, nos termos do artigo 149, § 1º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2022/2023	10	9 a 18.1.2023	ABONO	NÃO

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº e-1368/2022/PGJ, DE 8.11.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao(à) Promotor(a) de Justiça Marjorie Oliveira Zanchetta de Azambuja, nos termos do artigo 149, § 1º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2022/2023	10	9 a 18.1.2023	ABONO	NÃO

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° e-1371/2022/PGJ, DE 8.11.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao(à) Promotor(a) de Justiça Lindomar Tiago Rodrigues, nos termos do artigo 149, § 1º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2022/2023	10	9 a 18.1.2023	ABONO	NÃO

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° e-1375/2022/PGJ, DE 8.11.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao(à) Promotor(a) de Justiça Bolivar Luis da Costa Vieira, nos termos do artigo 149, § 1º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2022/2023	10	9 a 18.1.2023	ABONO	NÃO

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° e-1379/2022/PGJ, DE 8.11.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao(à) Procurador(a) de Justiça Silasneiton Gonçalves, nos termos do artigo 149, § 1º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2022/2023	10	9 a 18.1.2023	ABONO	NÃO

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA  
Procurador-Geral de Justiça

**PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA****PORTARIA Nº e-1546/2022/PGJ, DE 29.11.2022**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder férias à servidora Brunna Grespan Gomes, referentes ao período aquisitivo 2021/2022, a serem usufruídas nos períodos de 23.2 a 4.3.2023 e de 21.9 a 10.10.2023, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-1547/2022/PGJ, DE 29.11.2022**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder férias à servidora Lailene Couto Penteado, referentes ao período aquisitivo 2020/2021, a serem usufruídas nos períodos de 31.1 a 9.2.2023 e de 12 a 21.7.2023, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 13 a 22.2.2023, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-1548/2022/PGJ, DE 29.11.2022**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Alterar a Portaria nº e-1422/2022-PGJ, de 11.11.2022, que concedeu férias à servidora Bruna Natielly Dutra Santana, de forma que, onde consta: "a serem usufruídas no período de 15 a 24.5.2023", passe a constar: "a serem usufruídas no período de 24.1 a 2.2.2023", nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-1549/2022/PGJ, DE 29.11.2022**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder férias à servidora Andrea Rocha Benetti, referentes ao período aquisitivo 2019/2020, a serem usufruídas nos períodos de 25.1 a 3.2.2023 e de 27.9 a 6.10.2023, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 4 a 13.12.2023, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa



**PORTARIA Nº e-1550/2022/PGJ, DE 29.11.2022**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E**

Conceder férias à servidora Lea Catarina Iunes Garcia, referentes ao período aquisitivo 2021/2022, a serem usufruídas no período de 16.10 a 4.11.2023, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 1º a 10.3.2023, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-1551/2022/PGJ, DE 29.11.2022**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder férias ao servidor Andre Luiz Pasquali, referentes ao período aquisitivo 2019/2020, a serem usufruídas nos períodos de 23.1 a 1º.2.2023 e de 17 a 26.7.2023, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 15 a 24.2.2023, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-1552/2022/PGJ, DE 29.11.2022**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder férias à servidora Karoline Bedatti Higashi, referentes ao período aquisitivo 2018/2019, a serem usufruídas nos períodos de 15 a 24.5.2023 e de 16 a 25.10.2023, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 23.1 a 1º.2.2023, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-1553/2022/PGJ, DE 29.11.2022**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder férias à servidora Mariana Silva Martins, referentes ao período aquisitivo 2021/2022, a serem usufruídas nos períodos de 17 a 26.7.2023 e de 20 a 29.11.2023, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 6 a 15.2.2023, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-1554/2022/PGJ, DE 29.11.2022**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder férias à servidora Estefany de Oliveira Pezzi, referentes ao período aquisitivo 2021/2022, a serem usufruídas nos períodos de 17 a 26.7.2023 e de 16 a 25.10.2023, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 23.1 a 1º.2.2023, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-1555/2022/PGJ, DE 29.11.2022**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder férias à servidora Silvia Helena Schiavi de Carvalho, referentes ao período aquisitivo 2021/2022, a serem usufruídas nos períodos de 21 a 30.6.2023, de 23.8 a 1º.9.2023 e de 20 a 29.9.2023, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-1556/2022/PGJ, DE 29.11.2022**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 05 e 3 maio de 2020,

**R E S O L V E :**

Conceder férias ao servidor Paulo Roberto Martins Cavallari, referente(s) ao período aquisitivo 2020/2021, a serem usufruídas nos períodos de 15 a 24.5.2023 e de 10 a 19.7.2023, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 23.1 a 1º.2.2023, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-1557/2022/PGJ, DE 29.11.2022**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder férias à servidora Adriana Cristina Dias Gomes Spagnol, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, a serem usufruídas nos períodos de 6 a 15.2.2023 e de 16 a 25.10.2023, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 17 a 26.1.2023, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-1558/2022/PGJ, DE 29.11.2022**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder férias ao servidor Divany Thomaz Duarte Junior, referentes ao período aquisitivo 2021/2022, a serem usufruídas no período de 1º a 20.3.2023, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 17 a 26.1.2023, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-1559/2022/PGJ, DE 29.11.2022**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder férias ao servidor Pierre Karlos Brito Kitizo, referentes ao período aquisitivo 2020/2021, a serem usufruídas nos períodos de 23.2 a 4.3.2023 e de 2 a 11.5.2023, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 16 a 25.1.2023, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-1560/2022/PGJ, DE 29.11.2022**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder férias ao servidor Marcelo Wedson Joao Silva, referentes ao período aquisitivo 2021/2022, a serem usufruídas nos períodos de 20 a 29.6.2023 e de 6 a 15.11.2023, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 18 a 27.1.2023, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-1561/2022/PGJ, DE 29.11.2022**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder férias ao servidor Roni Berto Medina Espindola, referentes ao período aquisitivo 2019/2020, a serem usufruídas nos períodos de 16 a 25.1.2023 e de 11 a 30.7.2023, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-1562/2022/PGJ, DE 29.11.2022**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Alterar a Portaria nº e-853/2022-PGJ, de 18.7.2022, que concedeu férias ao servidor Marco Aurelio de Sa Baptista, de forma que, onde consta: "a serem usufruídas no período de 14 a 23.6.2023", passe a constar: "a serem usufruídas no período de 8 a 17.2.2023", nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-1571/2022/PGJ, DE 29.11.2022**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Alterar a Portaria nº e-910/2022-PGJ, de 20.7.2022, que concedeu férias ao servidor Lucas Martinez Santos, de forma que, onde consta: "a serem usufruídas no período de 21 a 30.11.2022", passe a constar: "a serem usufruídas no período de 5 a 14.6.2023", nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

## COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

**REPUBLICAÇÃO****ANEXO ÚNICO DA RESOLUÇÃO Nº 8/2022-CPJ, DE 29 DE SETEMBRO DE 2022.**

Publicado em 30/09/2022 – DOMP nº 2.759 – Página 18

**Calendário Eleitoral - Principais Datas**

DATA	EVENTO	ARTIGO
29/9/2022	Aprovação pelo Colégio de Procuradores de Justiça, em reunião ordinária, da resolução que estabelece as normas relativas à eleição dos Conselheiros, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias em relação às eleições	Art. 10, § 5º, da LC nº 72/94
29/9/2022	Reunião extraordinária do Colégio de Procuradores de Justiça para designação dos membros da Comissão Eleitoral	Art. 6º da Res. nº 8/2022-CPJ
04/10/2022	Prazo final para a publicação da resolução que dispõe sobre a eleição dos Conselheiros – antecedência mínima de 60 (sessenta) dias em relação às eleições	Art. 10, § 5º, da LC nº 72/94
04/10/2022	Publicação da portaria de designação da Comissão Eleitoral	Art. 6º, par. único, da Res. nº 8/2022-CPJ
17/10/2022	Início do prazo para a inscrição dos candidatos ao cargo de Conselheiro	Art. 7º da Res. nº 8/2022-CPJ
21/10/2022	Término do prazo para a inscrição dos candidatos ao cargo de Conselheiro	Art. 7º da Res. nº 8/2022-CPJ
27/10/2022	Prazo final para a publicação, pela Comissão Eleitoral, da relação de candidatos habilitados e da lista de inscrições indeferidas.	Art. 8º da Res. nº 8/2022-CPJ
08/12/2022	Eleição dos membros do Conselho Superior do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul para o biênio 2023/2024.	Art. 1º da Res. nº 8/2022-CPJ e art. 10, § 5º, III, da LC nº 72/94

**RESOLUÇÃO Nº 9/2022-CPJ, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2022.**

*Altera a Resolução nº 15/2007-PGJ, de 27 de novembro de 2007, que disciplina o inquérito civil e demais investigações do Ministério Público na área dos interesses difusos, coletivos, individuais homogêneos e individuais indisponíveis, as audiências públicas, os compromissos de ajustamento de conduta e as recomendações.*

O COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, com fulcro no art. 9º, inciso XXVI, da Lei Complementar Estadual nº 72, de 18 de janeiro de 1994, considerando a deliberação tomada na reunião ordinária ocorrida em 25 de novembro de 2022,

**RESOLVE:**

Art. 1º O art. 55 da Resolução nº 15/2007-PGJ, de 27 de novembro de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 55. Quando o fato investigado em inquérito civil ou peças de informação constituir, em tese ou concretamente, ilícito penal, a respectiva promoção de arquivamento deverá explicitar as providências adotadas a respeito, indicando, conforme o caso, ajuizamento de ação penal, proposta de transação, pedido de extinção de punibilidade, promoção de arquivamento perante o juízo competente, instauração de procedimento investigatório criminal, requisição de inquérito policial, termo circunstanciado ou remessa de peças ao órgão de execução do Ministério Público com atribuições."  
(NR)

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se toda e qualquer disposição incompatível.

Campo Grande, 29 de novembro de 2022.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA  
Procurador-Geral de Justiça  
Presidente do Colégio de Procuradores de Justiça

**RESOLUÇÃO Nº 10/2022-CPJ, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2022.**

*Altera a Resolução nº 18/2010-PGJ, de 9 de setembro de 2010, que fixa as atribuições das Promotorias de Justiça do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, para o fim de adequar as atribuições das Promotorias de Justiça de Sidrolândia.*

O COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 9º, inciso XVI, da Lei Complementar Estadual nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

CONSIDERANDO a autonomia financeira e administrativa do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, expressamente prevista pelo art. 127 da Constituição Federal, pelo art. 3º da Lei Federal nº 8.625, de 12 de fevereiro de 1993, e pelo art. 2º da Lei Complementar Estadual nº 72/1994;

CONSIDERANDO a conveniência de adequação do dispositivo concernente à atribuição ministerial na comarca de Sidrolândia;

CONSIDERANDO a aprovação do Colégio de Procuradores de Justiça, na reunião realizada em 25 de novembro de 2022,

**RESOLVE:**



Art. 1º As alíneas “a”, “b” e “c” do inciso VIII do art. 17 da Resolução nº 18/2010-PGJ, de 9 de setembro de 2010, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 17. [...]

[...]

VIII – [...]

a) a 1ª Promotoria de Justiça, nos feitos distribuídos à Vara Criminal, excetuando-se aqueles referentes à execução penal e à violência doméstica e familiar contra a mulher, relativos à Lei nº 11.340/2006;

b) a 2ª Promotoria de Justiça, nos feitos distribuídos à 2ª Vara Cível, em 50% (cinquenta por cento) dos feitos referentes à execução penal, em 2/3 (dois terços) dos feitos e procedimentos de investigação que envolvam violência doméstica e familiar contra a mulher, relativos à Lei nº 11.340/2006, bem como nos feitos e procedimentos referentes à proteção do meio ambiente, da habitação, do urbanismo, do patrimônio histórico e cultural, dos direitos constitucionais do cidadão e dos direitos humanos, do idoso, das pessoas com deficiência e da vítima de infração penal;

c) a 3ª Promotoria de Justiça, nos feitos distribuídos à 1ª Vara Cível, em 50% (cinquenta por cento) dos feitos referentes à execução penal, em 1/3 (um terço) dos feitos e procedimentos de investigação que envolvam violência doméstica e familiar contra a mulher, relativos à Lei nº 11.340/2006, bem como nos feitos e procedimentos referentes à proteção do patrimônio público e social, das fundações, do consumidor e da infância e juventude.” (NR)

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições contrárias.

Campo Grande-MS, 29 de novembro de 2022.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

Presidente do Colégio de Procuradores de Justiça

## RESOLUÇÃO Nº 11/2022-CPJ, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2022.

*Altera a Resolução nº 18/2010-PGJ, de 9 de setembro de 2010, que fixa as atribuições das Promotorias de Justiça do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, para elevação das Promotorias de Justiça das comarcas de Anaurilândia, Angélica, Batayporã, Coronel Sapucaia, Dois Irmãos do Buriti, Inocência, Itaquiraí, Pedro Gomes, Porto Murtinho, Sete Quedas e Sonora à segunda entrância.*

O COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 9º, inciso XVI, da Lei Complementar Estadual nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

RESOLVE:

Art. 1º O art. 27-A da Resolução nº 18/2010-PGJ passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 27-A. As Promotorias de Justiça das comarcas de Água Clara, Anaurilândia, Angélica, Bandeirantes, Batayporã, Brasilândia, Coronel Sapucaia, Deodápolis, Dois Irmãos do Buriti, Eldorado, Glória de Dourados, Inocência, Itaquiraí, Nioaque, Pedro Gomes, Porto Murtinho, Rio Negro, Sete Quedas e Sonora têm atribuições nos feitos distribuídos aos respectivos Juízes de Direito, bem como nos feitos e procedimentos referentes à proteção do meio ambiente, dos direitos constitucionais do cidadão e dos direitos humanos, do idoso, da pessoa com deficiência, do consumidor, da habitação, urbanismo e patrimônio histórico e cultural, da vítima de infração penal, do patrimônio público e social e das fundações, da infância e da juventude, bem como nos demais interesses difusos e coletivos, e eleitoral.” (NR)

Art. 2º Fica revogado o art. 28 da Resolução nº 18/2010-PGJ.

Art. 3º O Anexo Único da Resolução nº 18/2010-PGJ passa a vigorar conforme o Anexo Único desta Resolução.



Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Grande, 29 de novembro de 2022.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

Presidente do Colégio de Procuradores de Justiça

Anexo Único da Resolução nº 11/2022-CPJ, de 29 de novembro de 2022.

I – ENTRÂNCIA ESPECIAL	
Campo Grande	1ª à 76ª Promotoria de Justiça
Dourados	1ª à 17ª Promotoria de Justiça
Três Lagoas	1ª à 9ª Promotoria de Justiça
Corumbá	1ª à 7ª Promotoria de Justiça
II – SEGUNDA ENTRÂNCIA	
Água Clara	1ª Promotoria de Justiça
Amambai	1ª à 3ª Promotoria de Justiça
Anastácio	1ª Promotoria de Justiça
Anaurilândia	1ª Promotoria de Justiça
Angélica	1ª Promotoria de Justiça
Aparecida do Taboado	1ª e 2ª Promotorias de Justiça
Aquidauana	1ª à 3ª Promotoria de Justiça
Bandeirantes	1ª Promotoria de Justiça
Bataguassu	1ª e 2ª Promotorias de Justiça
Batayporã	1ª Promotoria de Justiça
Bela Vista	1ª Promotoria de Justiça
Bonito	1ª e 2ª Promotorias de Justiça
Brasilândia	1ª Promotoria de Justiça
Caarapó	1ª e 2ª Promotorias de Justiça
Camapuã	1ª e 2ª Promotorias de Justiça
Cassilândia	1ª e 2ª Promotorias de Justiça
Chapadão do Sul	1ª e 2ª Promotorias de Justiça
Coronel Sapucaia	1ª Promotoria de Justiça
Costa Rica	1ª e 2ª Promotorias de Justiça
Coxim	1ª à 3ª Promotoria de Justiça
Deodápolis	1ª Promotoria de Justiça
Dois Irmãos do Buriti	1ª Promotoria de Justiça
Eldorado	1ª Promotoria de Justiça
Fátima do Sul	1ª e 2ª Promotorias de Justiça
Glória de Dourados	1ª Promotoria de Justiça
Iguatemi	1ª Promotoria de Justiça
Inocência	1ª Promotoria de Justiça
Itaporã	1ª Promotoria de Justiça
Itaquiraí	1ª Promotoria de Justiça
Ivinhema	1ª e 2ª Promotorias de Justiça
Jardim	1ª e 2ª Promotorias de Justiça





Maracaju	1ª e 2ª Promotorias de Justiça
Miranda	1ª e 2ª Promotorias de Justiça
Mundo Novo	1ª e 2ª Promotorias de Justiça
Naviraí	1ª à 4ª Promotoria de Justiça
Nioaque	1ª Promotoria de Justiça
Nova Alvorada do Sul	1ª Promotoria de Justiça
Nova Andradina	1ª à 3ª Promotoria de Justiça
Paranaíba	1ª à 3ª Promotoria de Justiça
Pedro Gomes	1ª Promotoria de Justiça
Ponta Porã	1ª à 5ª Promotoria de Justiça
Porto Murtinho	1ª Promotoria de Justiça
Ribas do Rio Pardo	1ª Promotoria de Justiça
Rio Brilhante	1ª à 2ª Promotoria de Justiça
Rio Negro	1ª Promotoria de Justiça
Rio Verde de Mato Grosso	1ª Promotoria de Justiça
São Gabriel do Oeste	1ª e 2ª Promotorias de Justiça
Sete Quedas	1ª Promotoria de Justiça
Sidrolândia	1ª à 3ª Promotoria de Justiça
Sonora	1ª Promotoria de Justiça
Terenos	1ª Promotoria de Justiça

#### **RESOLUÇÃO Nº 12/2022-CPJ, 29 DE NOVEMBRO DE 2022.**

Altera o Anexo I da Resolução nº 001/2018-CPJ, de 24 de julho de 2018, que fixa o quantitativo de membros agregados aos órgãos da administração superior e de apoio administrativo da Procuradoria-Geral de Justiça e da Corregedoria-Geral do Ministério Público.

O COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 9º, inciso XXII, da Lei Complementar Estadual nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Fica alterado de 4 (quatro) para 5 (cinco), o limite de membros para assessorar o Procurador-Geral de Justiça, que consta do Anexo I da Resolução nº 001/2018-CPJ.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Grande, 29 de novembro de 2022.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA  
Procurador-Geral de Justiça  
Presidente do Colégio de Procuradores de Justiça

**CONSELHO SUPERIOR****DELIBERAÇÕES PROFERIDAS NA 20ª SESSÃO DE JULGAMENTO VIRTUAL DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL INICIADA EM 7 DE NOVEMBRO DE 2022.****2. Ordem do dia:****2.1. Julgamento de Inquéritos Cíveis e Procedimentos:****2.1.1. RELATOR-CONSELHEIRO EVALDO BORGES RODRIGUES DA COSTA:****1. Procedimento Preparatório nº 06.2021.00001378-4**

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Nova Alvorada do Sul

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: A apurar

Assunto: Apuração de eventual ilegalidade no aluguel, por parte do Poder Executivo Municipal, de aparelho de eletrocardiograma para atendimento às necessidades do Hospital Municipal.

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO - PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE NOVA ALVORADA DO SUL/MS - APURAÇÃO DE EVENTUAL ILEGALIDADE NO ALUGUEL POR PARTE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DE APARELHO DE ELETROCARDIOGRAMA PARA ATENDIMENTO ÀS NECESSIDADES DO HOSPITAL MUNICIPAL - DILIGÊNCIAS SUFICIENTES – MEDIDAS EMPREENDIDAS PELA ADMINISTRAÇÃO AUSÊNCIA DE DOLO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, conclui-se pela perda superveniente do interesse de agir do Parquet no presente caso. Inicialmente, porque saneada, *sponte propria*, a ilegalidade aventada, posto que tal contratação irregular iniciada ao final do ano de 2020, pela gestão municipal anterior, foi perpetuada no exercício 2021, pela atual gestão, apenas até o mês de março, quando a atual administração verificou a irregularidade daquela contratação e determinou que fosse cessada e cancelada. Ao depois, porque não remanesceu sobressalente vontade livre, consciente e dirigida de qualquer dos envolvidos à vulneração da normatividade administrativa ou dos predicados éticos que norteiam a Administração Pública. Outrossim, restou salientado pelo Presidente do feito: “Por outro lado, é importante ressaltar que não houve comprovação de dano na espécie, na medida em que, como dito, não há dúvidas de que ocorreram as contratações e as prestações cumpridas pelas contratadas, não havendo qualquer indício de contratação sem a devida contraprestação ou mesmo superfaturamento nas contratações.” Promoção de arquivamento – homologação.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Evaldo Borges Rodrigues da Costa.**

**2. Inquérito Civil nº 06.2018.00002112-1**

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Nioaque

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Prefeitura Municipal de Nioaque/MS

Assunto: Apurar as condições das estradas e pontes localizadas na zona rural do município de Nioaque, e necessidade de manutenção pelo Poder Público Municipal.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - MUNICÍPIO DE NIOAQUE/MS - APURAÇÃO DAS ESTRADAS E PONTES LOCALIZADAS NA ZONA RURAL DO MUNICÍPIO DE NIOAQUE E NECESSIDADE DE MANUTENÇÃO PELO PODER PÚBLICO MUNICIPAL – DILIGÊNCIAS SUFICIENTES - MEDIDAS EMPREENDIDAS PELA ADMINISTRAÇÃO - ATUAÇÃO MINISTERIAL RESOLUTIVA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. As peças de informação colhidas neste procedimento foram suficientes para esclarecer o objeto sob investigação, não remanescendo motivos a atrair a continuidade da atuação ministerial. Isso porque, durante o tramitar do feito, colheram-se elementos de informação que indicam que a Administração Pública vem realizando obras de engenharia necessárias para a adequação das estradas e pontes localizadas na zona rural do município de Nioaque, além de continuamente realizar vistorias in loco para averiguar os pontos críticos que demandam sua intervenção. Promoção de arquivamento -homologação.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Evaldo Borges Rodrigues da Costa.**

**3. Inquérito Civil nº 06.2021.00000575-1**

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Naviraí

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Agropecuária Medeiros Navarro LTDA.

Assunto: Apurar a necessidade de correção de classe de área no Cadastro Ambiental Rural da "Fazenda Água Vermelha" - Área E, conforme Parecer n.º 072/2020 CEIPPAM/LASANGE-UEMS (Programa SOS RIOS: Projeto Córrego Engano).

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - MUNICÍPIO DE NAVIRAÍ/MS - APURAÇÃO DA NECESSIDADE DE CORREÇÃO DE CLASSE DE ÁREA NO CADASTRO AMBIENTAL RURAL DA "FAZENDA ÁGUA VERMELHA", CONFORME PARECER Nº 072/2020 CEIPPAM/LASANGEUEMS (PROGRAMA SOS RIOS) - APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO POR PARTE DA PROPRIETÁRIA DO IMÓVEL INVESTIGADO - INEXISTÊNCIA DE DANO AMBIENTAL EVIDENTE - APLICAÇÃO DO ENUNCIADO N. 11/2017/CSMP - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Denota-se que a promoção de arquivamento merece ser homologada, uma vez que após a intervenção ministerial, a proprietária do imóvel rural logrou comprovar que a propriedade rural está devidamente inscrita e regular no Cadastro Ambiental Rural do Mato Grosso do Sul (CARMS0022326 fls. 35/37). Como bem pontuado pelo Parquet: "Assim, cumprindo o proprietário com tal obrigação comprovar a regularidade do Cadastro Ambiental Rural não há motivos para se aguardar a validação do mesmo, que deverá ser objeto de análise pelo Órgão Ambiental." Ainda nesse sentido pauta-se o entendimento do Egrégio Conselho Superior do Ministério Público, conforme se verifica através do o Enunciado nº 11.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Evaldo Borges Rodrigues da Costa.**

**4. Inquérito Civil nº 06.2022.00000130-4**

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Angélica

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Naiara Tenório de Albuquerque

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental referente a não inscrição no Cadastro Ambiental Rural - CAR, do imóvel rural Lote nº 10, em Angélica/MS, conforme Parecer nº 048/2021 CEIPPAM/LASANGE-UEMS (Programa SOS Rios: Projeto Córrego Engano).

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - MUNICÍPIO DE ANGÉLICA/MS - APURAÇÃO DE REGULARIDADE AMBIENTAL REFERENTE À NÃO INSCRIÇÃO NO CADASTRO AMBIENTAL RURAL, CONFORME PARECER Nº 048/2021 CEIPPAM/LASANGE-UEMS (SOS RIOS) - APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS SOLICITADOS POR PARTE DA PROPRIETÁRIA DO IMÓVEL INVESTIGADO - INEXISTÊNCIA DE DANO AMBIENTAL EVIDENTE APLICAÇÃO DO ENUNCIADO N. 11/2017/CSMP - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Denota-se que a promoção de arquivamento merece ser homologada, uma vez que, após a intervenção ministerial, a proprietária do imóvel rural, logrou comprovar, com aporte em Relatório Ambiental instruído com Anotação de Responsabilidade Técnica, que a propriedade rural está devidamente inscrita no CAR-MS (fls. 62/65). Em Parecer de Geoprocessamento nº 048/2021 CEIPPAM/LASANGEUEMS, outrossim, se constatou que a propriedade rural está em conformidade com a legislação vigente, não se verificando danos ambientais (fls. 5/10). Ainda nesse sentido, pauta-se o entendimento desse Egrégio Conselho Superior do Ministério Público, conforme se verifica do Enunciado nº 11. Promoção de arquivamento – homologação.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Evaldo Borges Rodrigues da Costa.**

**2.1.2. RELATORA-CONSELHEIRA ARIADNE DE FÁTIMA CANTÚ DA SILVA:****1. Procedimento Preparatório nº 06.2020.00000935-4**

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Paranaíba

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Sinaldo José de Freitas

Assunto: Apurar o funcionamento de possível "açougue clandestino", o qual estaria em atividade na residência de Sinaldo José de Freitas, localizada na Rua Joaquim Murtinho nº 1751, no município de Paranaíba.

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO - COMARCA DE PARANAÍBA - APURAR O FUNCIONAMENTO DE POSSÍVEL "AÇOUGUE CLANDESTINO", O QUAL ESTARIA EM ATIVIDADE NA RESIDÊNCIA DE SINALDO JOSÉ DE FREITAS - ATUAÇÃO RESOLUTIVA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Constatado o funcionamento de comércio de carnes em desacordo com as normas da vigilância sanitária. Atuação ministerial resolutiva. Adequação do estabelecimento. Emissão de licença sanitária e de certificado de inspeção municipal. Ausência de fundamentos para continuidade do feito. Promoção de arquivamento.



**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Ariadne de Fátima Cantú da Silva.**

## **2. Procedimento Preparatório nº 06.2021.00001533-8**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Coxim

Assunto: Apurar eventual despejo irregular de esgoto no rio Taquari, nesta cidade e comarca de Coxim-MS.

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO - COMARCA DE COXIM - APURAR EVENTUAL DESPEJO IRREGULAR DE ESGOTO NO RIO TAQUARI - ATUAÇÃO RESOLUTIVA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Diligências suficientes para esclarecer e solucionar o objeto dos autos. Ligações clandestinas na rede de captação fluvial, ocasionando despejo de resíduos de fossa no Rio Taquari. Diligências do órgão ministerial. Atuação resolutiva. Realizadas as obras para lacrar as tubulações que estavam despejando poluentes. Diminuição significativa do mal cheiro na parte final da tubulação junto ao Rio Taquari. Homologação de arquivamento que não obstar o posterior prosseguimento das investigações, caso sobrevenha notícia de fato novo com relação ao objeto dos autos. Ausência de fundamentos para o prosseguimento do feito. Promoção de arquivamento.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Ariadne de Fátima Cantú da Silva.**

## **3. Procedimento Preparatório nº 06.2022.00000743-1**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Costa Rica

Requerente: Polícia Militar Ambiental do Município de Costa Rica

Requerido: Fabio de Souza Garcia

Assunto: Colher elementos que permitam a tomada de compromisso de ajustamento de conduta com o requerido Fabio Souza Garcia pela prática de supressão/desmate de vegetação nativa que resultou em 2,44 hectares na propriedade rural denominada Fazenda Barracão, localizada na zona rural de Costa Rica/MS.

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO - COMARCA DE COSTA RICA - COLHER ELEMENTOS QUE PERMITAM A TOMADA DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA PELA PRÁTICA DE SUPRESSÃO/DESMATE DE 2,44 HECTARES DE VEGETAÇÃO NATIVA, NA PROPRIEDADE FAZENDA BARRACÃO - CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO INSTAURADO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Diligências suficientes para esclarecer e solucionar o objeto dos autos. Constatada a supressão vegetal de 2,44 hectares de vegetação nativa, sem autorização do órgão ambiental competente. Inscrição no CAR/MS em análise. Celebrado TAC com observância aos requisitos e exigência legais. Obrigação de reparar e indenizar os danos ambientais causados. Procedimento de caráter fiscalizatório instaurado. Promoção de arquivamento.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Ariadne de Fátima Cantú da Silva.**

## **4. Recurso em Notícia de Fato nº 01.2022.00001728-4**

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Água Clara

Recorrente: PRIME Consultoria e Assessoria Empresarial Ltda.

Recorrido: Ministério Público Estadual

Assunto: Apurar possíveis irregularidades na rescisão amigável dos contratos 239/2021, 240/2021 e 241/2021, celebrados entre o Município de Água Clara e a empresa Quality Flux automação e Sistema Ltda.

EMENTA: RECURSO EM NOTÍCIA DE FATO - COMARCA DE ÁGUA CLARA - APURAR POSSÍVEIS IRREGULARIDADES NA RESCISÃO AMIGÁVEL DOS CONTRATOS 239/2021, 240/2021 E 241/2021, CELEBRADOS ENTRE O MUNICÍPIO DE ÁGUA CLARA E A EMPRESA QUALITY FLUX AUTOMOÇÃO E SISTEMA LTDA - AUSÊNCIA DE INDÍCIOS SUFICIENTES PARA EVOLUÇÃO DA NOTÍCIA DE FATO - RECURSO DESPROVIDO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Administração Municipal e empresa contratada que adotaram todas as medidas necessárias para execução do objeto contratual. Impossibilidade de execução do contrato que conduziu à rescisão amigável. Ausência de repasses à empresa. Cisão empresarial parcial que não configura fraude à licitação. Entendimento do TCU. Não constatação de danos ao erário ou indícios de improbidade administrativa. Ausência de fundamentos para o prosseguimento do feito. Recurso desprovido. Promoção de arquivamento homologada.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, votou pelo não provimento do recurso interposto e pela homologação do arquivamento da presente Notícia de Fato, nos termos do voto da Relatora Conselheira Ariadne de Fátima**



**Cantú da Silva.**

**5. Recurso em Notícia de Fato nº 01.2022.00004264-0**

10ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão da comarca de Dourados

Recorrente: Danilo Zorico Pereira

Recorrido: Ministério Público Estadual

Assunto: Conhecer da representação e demais documentos encaminhados, que noticiam suposta irregularidade no desempenho das atividades executadas pelo Tratamento Fora do Domicílio e pela Ouvidoria Municipal de Saúde de Dourados.

EMENTA: RECURSO EM NOTÍCIA DE FATO - COMARCA DE DOURADOS - RECLAMAÇÃO RELATANDO SUPOSTA IRREGULARIDADE NO DESEMPENHO DAS ATIVIDADES EXECUTADAS PELO TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO E PELA OUVIDORIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE DOURADOS - RECLAMAÇÃO RESPONDIDA - AÇÃO CIVIL PÚBLICA JÁ AJUIZADA - RECURSO NÃO PROVIDO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Reclamação protocolada perante a ouvidoria municipal. Insurgência do recorrente no sentido de que os órgãos municipais permaneceram inertes mesmo após provocação via ouvidoria. Comprovação de que a ouvidoria apresentou ao paciente resposta à reclamação. Agendamentos e contatos realizados diretamente pelo Hospital Santa Casa de Campo Grande. Deficiências da ouvidoria municipal de saúde que já é objeto de Ação Civil Pública proposta pelo Ministério Público Estadual. Ausência de fundamentos para evolução da Notícia de Fato. Recurso desprovido. Promoção de arquivamento.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, votou pelo não provimento do recurso interposto e pela homologação do arquivamento da presente Notícia de Fato, nos termos do voto da Relatora Conselheira Ariadne de Fátima Cantú da Silva.**

**6. Recurso em Notícia de Fato nº 01.2022.00005657-7**

1ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Ponta Porã

Recorrente: Mapfre Seguros Gerais S.A.

Recorrido: Ministério Público Estadual

Assunto: Conhecer de denúncia narrando suposta venda irregular de seguro agrícola.

EMENTA: RECURSO EM NOTÍCIA DE FATO - COMARCA DE PONTA PORÃ - SUPOSTA VENDA IRREGULAR DE SEGURO AGRÍCOLA - AUSÊNCIA DE ELEMENTOS QUE INDIQUEM OFENSA AOS DIREITOS DO CONSUMIDOR - RECURSO NÃO PROVIDO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Representação narrando venda irregular de seguros agrícolas. Proposta de Seguro que não conta com assinatura de nenhuma das partes. Ausência de comprovação de que a venda se concretizou. Representação desacompanhada de reclamação do consumidor. Fatos que não apontam lesão ou ameaça de lesão aos interesses e direitos tutelados pelo Ministério Público. Atribuição do CSMP que se restringe a análise de interesses difusos, coletivos ou individuais homogêneos. Ausência de fundamentos para o prosseguimento do feito. Arquivamento que não obsta ação individual do recorrente. Recurso desprovido. Promoção de arquivamento.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, votou pelo não provimento do recurso interposto e pela homologação do arquivamento da presente Notícia de Fato, nos termos do voto da Relatora Conselheira Ariadne de Fátima Cantú da Silva.**

**7. Inquérito Civil nº 06.2018.00001980-4**

29ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar supostas irregularidades no procedimento licitatório para o fornecimento de alimentação aos internos do sistema prisional e Delegacias de Polícia do Estado de Mato Grosso do Sul.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE CAMPO GRANDE – APURAR SUPOSTAS IRREGULARIDADES NO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO PARA O FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO AOS INTERNOS DO SISTEMA PRISIONAL E DELEGACIAS DE POLÍCIA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL - IRREGULARIDADES NÃO CONFIRMADAS - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Diligências suficientes para esclarecer o objeto do Inquérito Civil. 1) Licitação para contratação de empresa para fornecimento de alimentação para o Centro de Triagem Anízio Lime e o Presídio de Trânsito (P.A. 31/601.048/2017). Verificada irregularidade nas datas de horários de abertura de consulta pública. Irregularidade afastada por decisão judicial proferida em Mandado Segurança. Promovido novo certame licitatório regular. 2) Procedimento para fornecimento de alimentos os servidores das UNEIS e UESL (P.A. 31/000.787/2017). Ausência de irregularidade. Fatos narrados em denúncia que





não se confirmaram. 3) Instauração de novo IC para apurar subcontratação no P.A. n. 31/001.055/2017. Ausência de fundamentos para o prosseguimento do feito. Promoção de arquivamento.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Ariadne de Fátima Cantú da Silva.**

#### 8. Inquérito Civil nº 06.2018.00002490-7

1ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Nioaque

Requerentes: Ministério Público Estadual e Polícia Militar

Requeridos: Prefeitura Municipal de Nioaque

Assunto: Apurar eventual violação aos direitos das crianças e adolescentes, consistente na utilização de veículos para transporte público escolar, sem realização das vistorias oficiais e sem autorização do órgão competente, conforme estabelece o artigo 136 do Código de Trânsito Brasileiro.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE NIOAQUE - APURAR EVENTUAL VIOLAÇÃO AOS DIREITOS DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES, CONSISTENTE NA UTILIZAÇÃO DE VEÍCULO PARA TRANSPORTE PÚBLICO ESCOLAR, SEM REALIZAÇÃO DAS VISTORIAS OFICIAIS E SEM AUTORIZAÇÃO DO ÓRGÃO COMPETENTE, CONFORME ESTABELECE O ARTIGO 136 DO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO - ATUAÇÃO RESOLUTIVA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Diligências suficientes para esclarecer e solucionar o objeto dos autos. Atuação resolutiva do órgão de execução. Encaminhamento dos veículos municipais destinados ao transporte escolar para vistoria. Comprovação de que todos os veículos da frota municipal passaram pelo DETRAN e foram aprovados. Realização de manutenções preventivas por servidor qualificado, ou encaminhamento para oficina especializada. Ausência de fundamentos para o prosseguimento do feito. Promoção de arquivamento.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Ariadne de Fátima Cantú da Silva.**

#### 9. Inquérito Civil nº 06.2018.00002732-6

34ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual aterro clandestino de resíduos sólidos localizado na “Estrada Mineral”, que liga a rodovia MS 080 à rodovia MS 010, após o DETRAN, em Campo Grande/MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE CAMPO GRANDE – APURAR EVENTUAL ATERRO CLANDESTINO DE RESÍDUOS SÓLIDOS LOCALIZADOS NA “ESTRADA MINIANEL”, QUE LIGA A RODOVIA MS 080 À RODOVIA MS 010, APÓS O DETRAN - ATUAÇÃO RESOLUTIVA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Diligências suficientes para esclarecer e solucionar o objeto do Inquérito Civil. Autorização ambiental para a Prefeitura Municipal realizar descarte de resíduos inertes e arenosos com o intuito de tapar buracos na faixa de domínio. Realização de descartes irregulares e clandestinos por terceiros. Execução de serviço de limpeza e inclusão da área em cronograma. Ofícios expedidos à AGETRAN e SEJUSP com o intuito de coibir o descarte clandestino. Ausência de fundamentos para continuidade do feito. Promoção de arquivamento.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Ariadne de Fátima Cantú da Silva.**

#### 10. Inquérito Civil nº 06.2018.00003162-0

7ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Três Lagoas

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar denúncia de inúmeras irregularidades cometidas por ex-servidor, que caracterizam, em tese, atos de improbidade administrativa, conforme despacho de instauração da notícia de fato de f. 02.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE TRÊS LAGOAS – APURAR DENÚNCIA DE INÚMERAS IRREGULARIDADES COMETIDAS POR EX-SERVIDOR, QUE CARACTERIZAM, EM TESE, ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - AUSÊNCIA DE INDÍCIOS DE PRÁTICA DE ATO DE IMPROBIDADE - IRREGULARIDADE FISCAL DECORRENTE DE ATIVIDADE PRIVADA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Diligências suficientes para esclarecer o objeto do inquérito civil. Irregularidades não constatadas. Demonstrado que os valores decorrentes de precatórios e acordos judiciais foram devidamente depositados na conta da Prefeitura Municipal. Inexistência de transferências irregulares pela administração municipal em favor dos investigados. Irregularidades nas movimentações bancárias da investigada que dizem respeito à sonegação fiscal. Apuração que será



realizada pela Receita Federal. Ausência de fundamentos para o prosseguimento do feito. Promoção de arquivamento.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Ariadne de Fátima Cantú da Silva.**

#### **11. Inquérito Civil nº 06.2019.00000890-0**

26ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente, Patrimônio Histórico e Cultura, Habitação e Urbanismo da Comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Marisa Antônia de Oliveira e Jorge Antônio de Oliveira

Assunto: Apurar eventual degradação em área de preservação permanente, localizada na Fazenda Cachoeirinha, matrícula imobiliária n. 7710 do CRI da 1ª Circunscrição de Campo Grande, no Município de Campo Grande/MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE CAMPO GRANDE – APURAR EVENTUAL DEGRADAÇÃO EM ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE, LOCALIZADA NA FAZENDA CACHOEIRINHA - IMÓVEL RURAL INSCRITO NO CAR/MS - CONSTATADA REGENERAÇÃO NATURAL EM PERÍCIA TÉCNICA - AUSÊNCIA DE DANOS - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Diligências suficientes para esclarecer e solucionar o objeto do Inquérito Civil. Decurso de tempo. Adoção das medidas necessárias para promover a regeneração natural da área. Laudo técnico que aponta inexistência de danos ambientais a serem recuperados. Imóvel inscrito no CAR/MS. Eventual inconsistência no CAR que depende do deslinde de demanda judicial. Acompanhamento pelo IMASUL. Inexistência de outras irregularidades ambientais. Ausência de fundamentos para o prosseguimento do feito. Promoção de arquivamento.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Ariadne de Fátima Cantú da Silva.**

#### **12. Inquérito Civil nº 06.2020.00000597-0**

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Itaquiraí

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Cirineu Salas Mansano, Cláudio Simão Salas Mansano e outros

Assunto: Apurar danos ambientais decorrentes da extração ilegal de árvores nativas nas áreas 01, 02, 03, 04, 05 e 06 da reserva legal da Fazenda Santo Antônio identificados pelo Relatório de Vistoria n. 22/3ºGPMA/2019.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE ITAQUIRAÍ - APURAR DANOS AMBIENTAIS DECORRENTES DA EXTRAÇÃO ILEGAL DE ÁRVORES NATIVAS NAS ÁREAS 01, 02, 03, 04, 05 E 06 DA RESERVA LEGAL DA FAZENDA SANTO ANTONIO - EXTRAÇÃO DE MADEIRA SEM AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL – DECLÍNIO PARCIAL DE ATRIBUIÇÃO HOMOLOGADO. Constatada a extração de madeira nativa de diversas espécies protegidas por pessoas não identificadas. Propriedade dividida em cotas de reserva legal. Área nº 06 inserida na APA das Ilhas e Várzeas do Rio Paraná, criada por decreto federal. Interesse federal na conservação e preservação da região. Atribuição do Ministério Público Federal. Precedentes do STJ. Enunciado nº 06/4ª CCR/MPF. Enunciado 16 do CSMP. Declínio parcial de atribuição.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou o declínio parcial de atribuição ao Ministério Público Federal, nos termos do voto da Relatora Conselheira Ariadne de Fátima Cantú da Silva.**

#### **13. Inquérito Civil nº 06.2020.00001160-5**

4ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão da comarca de Três Lagoas

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Três Lagoas

Assunto: Apurar as causas da insuficiência de vagas na Educação Infantil em Três Lagoas/MS, bem como empreender medidas colaborativas para a superação do problema.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE TRÊS LAGOAS – APURAR AS CAUSAS DA INSUFICIÊNCIA DE VAGAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL EM TRÊS LAGOAS, BEM COMO EMPREENDER MEDIDAS COLABORATIVAS PARA A SUPERAÇÃO DO PROBLEMA - ATUAÇÃO RESOLUTIVA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Diligências suficientes para esclarecer e solucionar o objeto dos autos. Criação de novas vagas nos Centros de Educação existentes. Diminuição gradativa da demanda ao longo dos anos. Obras para construção de novas unidades escolar em fase de conclusão. Inexistência de demandas judiciais ou reclamações acerca da falta de vagas no ano de 2022. Ausência de fundamentos para o prosseguimento do feito. Promoção de arquivamento.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Ariadne de Fátima Cantú da Silva.**



**14. Inquérito Civil nº 06.2021.00000775-0**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ivinhema

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Mônica Jacintho de Biasi

Assunto: Apurar desmatamento de 6.07 hectares em área de Mata Atlântica, na Fazenda Vitória do Ivinhema, em Ivinhema/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer n. 33/20/NUGEO (Programa DNA Ambiental).

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE IVINHEMA – APURAR DESMATAMENTO DE 6.07 HECTARES EM ÁREA DE MATA ATLÂNTICA, NA FAZENDA VITÓRIA DO IVINHEMA, SEM AUTORIZAÇÃO DA AUTORIDADE AMBIENTAL COMPETENTE, CONFORME PARECER N. 33/20/NUGEO - PROGRAMA DNA AMBIENTAL - AUSÊNCIA DE DANOS AMBIENTAIS - ÁREA INSERIDA EM AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Diligências suficientes para esclarecer o objeto dos autos. Supressão vegetal que está devidamente contemplada por autorização ambiental. Propriedade inscrita no CAR/MS. Apresentado PRADA. Ausência de danos ambientais verificada em perícia técnica. Inexistência de outras diligências a serem adotadas. Promoção de arquivamento.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Ariadne de Fátima Cantú da Silva.**

**15. Inquérito Civil nº 06.2021.00000970-3**

7ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Três Lagoas

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Câmara de Vereadores de Três Lagoas

Assunto: Apurar eventual ilegalidade na dispensa de licitação 09/2021, manejada pela Câmara Municipal de Três Lagoas para a adequação do seu estacionamento.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE TRÊS LAGOAS – APURAR EVENTUAL ILEGALIDADE NA DISPENSA DE LICITAÇÃO 09/2021, MANEJADA PELA CÂMARA MUNICIPAL DE TRÊS LAGOAS PARA A ADEQUAÇÃO DO SEU ESTACIONAMENTO - IRREGULARIDADES NÃO CONSTATADAS - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Diligências suficientes para esclarecer o objeto do Inquérito Civil. Contratação que respeitou os limites legais para dispensa licitatória. Análise técnica que não identificou indícios de irregularidade contábeis ou financeiras na contratação direta. Filhos de vereador que não exercem função de controle ou administração da empresa, mas apenas atuam como prestadores de serviços contratados. Vereador que não possui grau hierárquico ou poder de comando perante o setor de licitações da Câmara Municipal. Ausência de fundamentos para o prosseguimento do feito. Promoção de arquivamento.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Ariadne de Fátima Cantú da Silva.**

**16. Inquérito Civil nº 06.2021.00001106-4**

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bonito

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual exercício irregular da profissão dos servidores comissionados Marla Diniz Brandão e Mariana Alves Rodrigues da Rocha, na Câmara de Vereadores de Bonito, e Osmar Prado Pias, na Prefeitura Municipal de Bonito.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE BONITO – APURAR EVENTUAL EXERCÍCIO IRREGULAR DA PROFISSÃO DOS SERVIDORES COMISSIONADOS MARLA DINIZ BRANDÃO E MARINA RODRIGUES, NA CÂMARA DE VEREADORES DE BONITO, E OSMAR PRADO PIAS, NA PREFEITURA MUNICIPAL DE BONITO - AUSÊNCIA DE INCOMPATIBILIDADE RECONHECIDA PELA OAB COM RELAÇÃO ÀS REQUERIDAS MARLA E MARIANA - CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA COM O REQUERIDO OSMAR - PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO INSTAURADO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Diligências suficientes para esclarecer e solucionar o objeto dos autos. Diretora Jurídica e Diretora Geral que tiveram reconhecidas pela OAB ausência de incompatibilidade. Restrição à advocacia privada apenas com relação à Fazenda Pública que as remunera. Procurador Jurídico Municipal que não pode exercer advocacia privada. Incompatibilidade expressa no Estatuto da OAB. Celebrado TAC com observância aos requisitos e exigências legais. Obrigação alternativa de exonerar-se do cargo público, ou, renunciar os processos judiciais e administrativos em que atua. Procedimento administrativo de caráter fiscalizatório instaurado. Promoção de arquivamento.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da**



**Relatora Conselheira Ariadne de Fátima Cantú da Silva.**

**17. Inquérito Civil nº 06.2022.00000348-0**

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Paranaíba

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Adriane Garcia Carvalho

Assunto: Apurar regularidade jurídica ambiental em 1,20 ha de vegetação nativa, causados pelo trânsito de gado constatando erosões de porte médio ao leito de um córrego, na Fazenda Santa Maria em Paranaíba/MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE PARANAÍBA – APURAR REGULARIDADE JURÍDICA AMBIENTAL EM 1,20 HECTARES, EM QUE FOI CONSTATADA EROSÃO DE MÉDIO PORTE, DECORRENTE DO TRÂNSITO FREQUENTE DE ANIMAIS, BEM COMO AÇÃO DE ÁGUAS PLUVIAIS - CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO INSTAURADO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Diligências suficientes para esclarecer e solucionar o objeto dos autos. Constatada erosão de médio porte no leito de córrego. Necessidade de adoção de medidas para recuperação/preservação da área. Imóvel inscrito no CAR/MS. Apresentado PRADA. Celebrado TAC com observância aos requisitos e exigências legais. Obrigação de repara e indenizar os danos ambientais causados. Procedimento de caráter fiscalizatório instaurado. Promoção de arquivamento.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Ariadne de Fátima Cantú da Silva.**

**2.1.3. RELATOR-CONSELHEIRO FRANCISCO NEVES JÚNIOR:**

**1. Inquérito Civil nº 06.2021.00000393-1**

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Cassilândia

Requerente: 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Cassilândia-MS

Requerido: Município de Cassilândia-MS

Assunto: Apurar o eventual descumprimento do disposto no artigo 52, inciso II, do Estatuto da Cidade, com relação ao imóvel inscrito na matrícula nº 2.870 do Cartório do 1º Ofício desta comarca.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA – ESTATUTO DA CIDADE – art. 52, II – OMISSÃO QUANTO AO ADEQUADO APROVEITAMENTO DO IMÓVEL INCORPORADO AO PATRIMÔNIO PÚBLICO MEDIANTE “DESAPROPRIAÇÃO-SANÇÃO” NO PRAZO LEGAL – IRREGULARIDADES NÃO CONSTATADAS – FALTA DE JUSTA CAUSA PARA A ATUAÇÃO FUNCIONAL DO *PARQUET* – ARQUIVAMENTO – HOMOLOGAÇÃO. Esgotadas todas as diligências com a demonstração de que a área objeto da investigação foi desapropriada por razões de utilidade pública e não por descumprimento da função social da propriedade, afastada está a incursão do gestor municipal investigado na prática de ato de improbidade administrativa por violação ao Estatuto da Cidade, exsurto imponente o convencimento da inexistência de fundamento para a atuação funcional do *Parquet*.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Francisco Neves Júnior.**

**2. Procedimento Preparatório nº 06.2022.00000674-3**

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bataguassu

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Akira Otsubo - Prefeito Municipal de Bataguassu; José Roberto Bolach; Cleyton Rodrigo da Silva e Eder Nascimento de Moraes

Assunto: Apurar eventual dano causado ao patrimônio municipal, em decorrência da doação de bens móveis, pelo então prefeito Akira Otsubo, ao particular José Roberto Bolach, sem observância das formalidades legais.

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO – IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA – DOAÇÃO DE BENS PÚBLICOS SEM OBSERVÂNCIA DAS FORMALIDADES LEGAIS – BLOQUETES DE CALÇAMENTO SUBSTITUÍDOS POR REVESTIMENTO ASFÁLTICO E CONSIDERADOS INSERVÍVEIS PELA ADMINISTRAÇÃO – DOLO NÃO EVIDENCIADO – DEVOLUÇÃO ESPONTÂNEA – AUSÊNCIA DE PREJUÍZO AO ERÁRIO – FALTA DE JUSTA CAUSA PARA A ATUAÇÃO FUNCIONAL DO *PARQUET* – ARQUIVAMENTO – HOMOLOGAÇÃO. Esgotadas todas as diligências com a demonstração de que os bens públicos doados, sem má-fé, a despeito da inobservância das formalidades legais, foram integralmente restituídos pelo particular à Administração, sem que tenha remanescido sobressalente a ocorrência de qualquer prejuízo ao erário, exsurto imponente o convencimento da inexistência de fundamento para a atuação funcional do *Parquet*.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator**



**Conselheiro Francisco Neves Júnior.**

### **3. Recurso em Notícia de Fato nº 01.2022.00004000-8**

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Três Lagoas

Recorrente: Município de Três Lagoas

Recorrido: 7ª Promotoria de Justiça de Três Lagoas

Assunto: Eventual arbitrariedade da atual gestão da Prefeitura Municipal de

Três Lagoas que, na seara consumeirista, estaria elaborando novas regras e normas, aumentando e criando novas taxas (cobrando taxas que não eram cobradas), sem consulta pública ou divulgação.

**EMENTA:** NOTÍCIA DE FATO – CONSUMIDOR – COBRANÇA ILEGAL DE TAXAS DE NATUREZA TRIBUTÁRIA – AUSÊNCIA DE RELAÇÃO CONSUMERISTA – ILEGITIMIDADE DO MINISTÉRIO PÚBLICO – FALTA DE JUSTA CAUSA PARA A ATUAÇÃO FUNCIONAL DO *PARQUET* – RECURSO DESPROVIDO. Sobrevindo a constatação de que o reclamante questiona a instituição de taxas municipais de natureza tributária, exsurge imponente o convencimento da inexistência de fundamento para a atuação funcional do *Parquet*.

**Deliberação:** O Conselho, à unanimidade, votou pelo não provimento do recurso interposto, nos termos do voto do Relator Conselheiro Francisco Neves Júnior.

### **4. Inquérito Civil nº 06.2017.00000665-0**

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social comarca de Nova Andradina

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerente: A apurar

Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa referente a contratos firmados entre EN de Mato Eireli ME e Pedro Eduardo Girão Pinto MEI com a Prefeitura Municipal de Nova Andradina, bem como os valores gastos com a empresa Start Sistemas Ltda EPP.

**EMENTA:** INQUÉRITO CIVIL - PATRIMÔNIO PÚBLICO – LICITAÇÃO – FAVORECIMENTOS ESPÚRIOS – DENÚNCIA ANÔNIMA – IRREGULARIDADES NÃO CONSTATADAS – FALTA DE JUSTA CAUSA PARA A TUTELA COLETIVA – ARQUIVAMENTO – HOMOLOGAÇÃO. Esgotadas todas as diligências sem que tenha remanescido sobressalente qualquer indício de favorecimento espúrio e/ou locupletamento frente aos cofres públicos nas contratações objeto do apuratório, tal qual anonimamente conjecturado, exsurge imponente o convencimento da inexistência de fundamento para a atuação funcional do *Parquet*.

**Deliberação:** O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Francisco Neves Júnior.

### **5. Inquérito Civil nº 06.2021.00001670-0**

26ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande

Assunto: Apurar a falta de coleta seletiva no Distrito de Anhanduí.

**EMENTA:** INQUÉRITO CIVIL – MEIO AMBIENTE – GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS – OMISSÃO ESTATAL – IMPLANTAÇÃO DE COLETA SELETIVA – CUMPRIMENTO ESPONTÂNEO – PERDA SUPERVENIENTE DO INTERESSE DE AGIR DO *PARQUET* – ARQUIVAMENTO – HOMOLOGAÇÃO. Esgotadas todas as diligências com a demonstração de que o ente municipal requerido promoveu, imediata e suficientemente, a implantação de pontos de entrega voluntária de material reciclável para gestão ambientalmente adequada de resíduos sólidos urbanos, exsurge imponente o convencimento da perda superveniente do interesse de agir do *Parquet*.

**Deliberação:** O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Francisco Neves Júnior.

### **6. Inquérito Civil nº 06.2021.00001029-8**

7ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Três Lagoas

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerida: Prefeitura Municipal de Três Lagoas/MS

Assunto: Apurar a transparência e o regular funcionamento da Ouvidoria municipal.

**EMENTA:** INQUÉRITO CIVIL – PATRIMÔNIO PÚBLICO – DIREITO À INFORMAÇÃO E À PUBLICIDADE DOS ATOS DA ADMINISTRAÇÃO – OUVIDORIA MUNICIPAL – SISTEMATIZAÇÃO – IRREGULARIDADES SANADAS – PERDA SUPERVENIENTE DO INTERESSE DE AGIR DO *PARQUET* – ARQUIVAMENTO – HOMOLOGAÇÃO. Esgotadas todas as diligências com a demonstração de que o ente público requerido empreendeu,



imediate e suficientemente, os esforços necessários para estruturação dos canais de interlocução entre a sociedade e o Poder Público, garantindo aos cidadãos o direito à informação e à publicidade dos atos da Administração através da ouvidoria municipal, exsurge imponente o convencimento da perda superveniente do interesse de agir do *Parquet*.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Francisco Neves Júnior.**

#### 7. Inquérito Civil nº 06.2022.00000824-1

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Naviraí

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Naviraí

Assunto: Aquilatar eventual injuridicidade na contratação direta da empresa Sibut de Araújo Sociedade Individual de Advocacia, por inexigibilidade de licitação, para prestação de serviços de assessoria e consultoria jurídica de questionável singularidade.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – PATRIMÔNIO PÚBLICO – CONTRATAÇÃO DIRETA DE ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA – REQUISITO DA SINGULARIDADE DO SERVIÇO SUPRIMIDO PELA LEI n.º 14.133/2021 – CARÁTER INTELECTUAL DO TRABALHO ADVOCATÍCIO – NOTÓRIA ESPECIALIZAÇÃO DO AGENTE CONTRATADO DEMONSTRADA – FALTA DE JUSTA CAUSA PARA A TUTELA COLETIVA – ARQUIVAMENTO – HOMOLOGAÇÃO. Tendo em vista que, com o advento da Lei n.º 14.133/2021, a singularidade do serviço advocatício deixou de ser requisito para contratação direta por inexigibilidade de licitação, restando demonstrada, na *démarche* apuratória, a notória especialização do profissional contratado e a natureza intelectual do trabalho, exsurge imponente o convencimento da inexistência de fundamento para a atuação funcional do *Parquet*.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Francisco Neves Júnior.**

#### 8. Inquérito Civil nº 06.2022.00000937-3

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Corumbá

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Naviraí

Assunto: Apurar os consectários ambientais decorrentes da supressão, sem licença, de 21 ha de vegetação nativa do bioma pantanal, no interior da “Fazenda Riacho do Urucum”, arrendada pela mineradora 3A Mining S/A.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – MEIO AMBIENTE – SUPRESSÃO VEGETAL – DESMATE NÃO AUTORIZADO – TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA FIRMADO PARA COMPENSAÇÃO AMBIENTAL DOS DANOS – INSTAURAÇÃO DE EXPEDIENTE ADMINISTRATIVO ESPECÍFICO PARA ACOMPANHAR O ADIMPLEMENTO DA AVENÇA – ARQUIVAMENTO DO APURATÓRIO DE ORIGEM – HOMOLOGAÇÃO. Sobrevindo a celebração de termo de ajustamento de conduta, com obrigações suficientes à compensação ambiental dos danos causados pelo desmate irregular objeto da investigação, cujo adimplemento será aquilatarado em procedimento administrativo específico de controle, através do sistema eletrônico SAJ/MP, o arquivamento do apuratório de origem é medida que se impõe.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Francisco Neves Júnior.**

#### 2.1.4. RELATORA-CONSELHEIRA ESTHER SOUSA DE OLIVEIRA:

##### 1. Inquérito Civil nº 06.2020.00000517-0

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Inocência

Requerente: Anônimo

Requeridos: José Arnaldo Ferreira de Melo e Getúlio Alves da Silva

Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa no processo de desapropriação n. 1/2018, decorrente de suposto valor excessivo da indenização.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR EVENTUAL ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA NO PROCESSO DE DESAPROPRIAÇÃO N. 1/2018, DECORRENTE DE SUPOSTO VALOR EXCESSIVO DA INDENIZAÇÃO – DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS – IMPOSSIBILIDADE DE AFERIR SE HOUVE SUPERVALORIZAÇÃO DO IMÓVEL – DOLO NÃO COMPROVADO – AUSÊNCIA DE ELEMENTOS QUE DEMONSTREM A PRÁTICA DE ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Analisando os autos, verifica-se que o objeto do feito está esgotado, porquanto não há elementos nos autos que configurem a prática de atos de improbidade administrativa no processo de desapropriação n. 1/2018. 2. A homologação da promoção do arquivamento pelo Conselho Superior do Ministério Público não impede,



com o surgimento de fato novo, posterior prosseguimento das investigações ou a propositura da ação civil pública, nos termos do art. 28 e parágrafo único da Resolução nº 15/2007-PGJ. 3. Promoção de arquivamento homologada.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Esther Sousa de Oliveira.**

## 2. Inquérito Civil nº 06.2021.00000102-2

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Miranda

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Leopoldo Pozzi, Pozzi Agropecuária Ltda

Assunto: Apurar desmatamento de 16,28 hectares em área de vegetação nativa, na Fazenda Planalto da Serra, em Miranda, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer n. 306/17/NUGEO (Operação Cervodo-Pantanal) e Parecer n. 268/20/CEIPPAM.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - MEIO AMBIENTE - APURAR DESMATAMENTO DE 16,28 HECTARES EM ÁREA DE VEGETAÇÃO NATIVA – FAZENDA PLANALTO DA SERRA – MUNICÍPIO DE MIRANDA – DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS – TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA DEVIDAMENTE ASSINADO PELAS PARTES – INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO – ATUAÇÃO MINISTERIAL RESOLUTIVA – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Analisando os autos, verifica-se que foi firmado Termo de Ajustamento de Conduta para a regularização da situação jurídico-ambiental do imóvel, em conformidade com as exigências da Resolução nº 15/2007-PGJ, inexistindo outras medidas a serem adotadas no presente procedimento. 2. Visando acompanhar e fiscalizar o cumprimento integral das cláusulas do TAC, instaurou-se o Procedimento Administrativo nº 09.2022.00006047-0, nos termos dos arts. 38 e 39 da Resolução nº 15/2007-PGJ. 3. Promoção de arquivamento homologada.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Esther Sousa de Oliveira. O Conselheiro Silasneiton Gonçalves se deu por impedido de votar, tendo em vista ser o genitor da Promotora de Justiça titular da 2ª Promotoria de Justiça de Miranda, Cinthia Giselle Gonçalves Latorraca e da 1ª Promotoria de Justiça de Miranda, em decorrência lógica da substituição.**

## 3. Inquérito Civil nº 06.2021.00000132-2

50ª Promotoria de Justiça da Execução Penal da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Agência Estadual de Administração do Sistema Penitenciário - AGEPEN

Assunto: Apurar o risco/inadequação da estrutura do EPFIIZ e a sequele necessidade de reforma da unidade prisional, objetivando salvaguardar a integridade física e a saúde das internas.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - APURAR O RISCO/INADEQUAÇÃO DA ESTRUTURA DO ESTABELECIMENTO PENAL FEMININO IRMÃ IRMA ZORZI – MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE – DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS IRREGULARIDADES CONSTATADAS E SANADAS REALIZAÇÃO DE REFORMA NA UNIDADE PENAL – INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO PARA ACOMPANHAMENTO DAS PROVIDÊNCIAS ADOTADAS - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Compulsando os autos, verifica-se que, após as providências adotadas pela 50ª Promotoria de Justiça, logrou-se êxito na solução do problema, tendo sido realizada reforma no Estabelecimento Penal Feminino “Irmã Irma Zorzi” - EPFIIZ, a fim de corrigir as irregularidades que causavam risco à integridade física e à saúde das internas e servidores da unidade penal. 2. Visando acompanhar as providências adotadas, instaurou-se o Procedimento Administrativo n. 09.2021.00000553-0, por meio do qual serão realizadas inspeções mensais e ouvidas as internas da unidade, adotando eventuais medidas necessárias. 3. A homologação da promoção do arquivamento pelo Conselho Superior do Ministério Público não impede, com o surgimento de fato novo, posterior prosseguimento das investigações ou a propositura da ação civil pública, nos termos do art. 28 e parágrafo único da Resolução nº 15/2007-PGJ. 4. Promoção de arquivamento homologada.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Esther Sousa de Oliveira.**

## 4. Inquérito Civil nº 06.2022.00000457-8

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Pedro Gomes

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Luiz Cláudio Xavier de Paula

Assunto: Apurar desmatamento de 22 hectares em área de vegetação nativa, na Fazenda São Miguel, em Pedro





Gomes/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Relatório de Fiscalização Ambiental nº 031/3ªCIA/BPMA/2022.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - MEIO AMBIENTE - APURAR DESMATAMENTO DE 22 HECTARES EM ÁREA DE VEGETAÇÃO NATIVA NA FAZENDA SÃO MIGUEL, SEM AUTORIZAÇÃO DA AUTORIDADE AMBIENTAL COMPETENTE MUNICÍPIO DE PEDRO GOMES - DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS - CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO - ATUAÇÃO MINISTERIAL RESOLUTIVA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Analisando os autos, verifica-se que foi firmado Termo de Ajustamento de Conduta para a regularização da situação jurídico-ambiental do imóvel, em conformidade com as exigências da Resolução nº 15/2007-PGJ, inexistindo outras medidas a serem adotadas no presente procedimento. 2. Visando acompanhar e fiscalizar o cumprimento integral das cláusulas do TAC, instaurou-se o Procedimento Administrativo nº 09.2022.00008961-3, nos termos dos arts. 38 e 39 da Resolução nº 15/2007-PGJ. 3. Promoção de arquivamento homologada.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Esther Sousa de Oliveira.**

### 5. Inquérito Civil nº 06.2021.00000678-3

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Caarapó

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Alessandro César Mochi e Jaci Mochi

Assunto: Apurar ausência de 48 hectares de vegetação arbórea densa em área de Reserva Legal, na Fazenda Lisboa – Seção A, em Juti, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer nº 007/2021 CEIPPAM/LASANGE-UEMS, do Programa SOS Rios – Projeto Córrego Curupai.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - MEIO AMBIENTE - APURAR DESMATAMENTO DE 48 HECTARES DE VEGETAÇÃO ARBÓREA Densa EM ÁREA DE RESERVA LEGAL NA FAZENDA LISBOA, SEM AUTORIZAÇÃO DA AUTORIDADE AMBIENTAL COMPETENTE MUNICÍPIO DE JUTI - DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS – CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO - ATUAÇÃO MINISTERIAL RESOLUTIVA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Analisando os autos, verifica-se que foi firmado Termo de Ajustamento de Conduta para a regularização da situação jurídico-ambiental do imóvel, em conformidade com as exigências da Resolução nº 15/2007-PGJ, inexistindo outras medidas a serem adotadas no presente procedimento. 2. Visando acompanhar e fiscalizar o cumprimento integral das cláusulas do TAC, instaurou-se o Procedimento Administrativo nº 09.2022.00008983-5, nos termos dos arts. 38 e 39 da Resolução nº 15/2007-PGJ. 3. Promoção de arquivamento homologada.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Esther Sousa de Oliveira.**

### 6. Inquérito Civil nº 06.2019.00000955-4

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Cassilândia

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Andréia Cristina Negrão Guimarães e Jair Boni Cogo

Assunto: Apurar a ilegalidade na lotação da servidora pública municipal Andréia Cristina Negrão Guimarães.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - APURAR A ILEGALIDADE NA LOTAÇÃO DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL DE CASSILÂNDIA QUE RESIDIA PERMANENTEMENTE NO MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE – DIÁRIAS RECEBIDAS INDEVIDAMENTE – DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS - CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - RESTITUIÇÃO DOS VALORES AO MUNICÍPIO – INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO PARA FISCALIZAÇÃO DO TAC - ATUAÇÃO MINISTERIAL RESOLUTIVA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Analisando os autos, verifica-se que foi firmado Termo de Ajustamento de Conduta (fls. 298-304), por meio do qual a requerida assumiu a obrigação de não receber, a título de diárias, valor superior ao legalmente previsto, bem como a restituir ao Município de Cassilândia os valores recebidos indevidamente. 2. Visando acompanhar e fiscalizar o cumprimento integral das cláusulas do TAC, instaurou-se o Procedimento Administrativo nº 09.2022.00008667-1, nos termos dos arts. 38 e 39 da Resolução nº 15/2007-PGJ. 3. Promoção de arquivamento homologada.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Esther Sousa de Oliveira.**

**7. Inquérito Civil nº 06.2021.00000838-1**

2ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão da comarca de Bonito

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a ocorrência de episódios diversos de violência obstétrica praticada pelo médico Iber Gomes de Sá Neto, na rede pública de atendimento do Município de Bonito.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - PORTARIA N. 0010/2021/02PJ/BTO - APURAR A OCORRÊNCIA DE EPISÓDIOS DIVERSOS DE VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA PRATICADA POR MÉDICO NA REDE PÚBLICA DE ATENDIMENTO DO MUNICÍPIO DE BONITO - DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS - CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA EM CONFORMIDADE COM A RESOLUÇÃO N.º 15/2007 - INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO – ATUAÇÃO MINISTERIAL RESOLUTIVA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Analisando os autos, verifica-se que as irregularidades objeto da portaria do inquérito civil foram sanadas mediante celebração de Termo de Ajustamento de Conduta, em conformidade com as exigências da Resolução nº 15/2007-PGJ, inexistindo outras medidas a serem adotadas no presente procedimento. 2. Visando acompanhar e fiscalizar o cumprimento integral das cláusulas do TAC, instaurou-se o Procedimento Administrativo nº 09.2022.00000653-2, nos termos dos arts. 38 e 39 da Resolução nº 15/2007-PGJ. 3. Promoção de arquivamento homologada.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Esther Sousa de Oliveira.**

**2.1.5. RELATOR-CONSELHEIRO AROLDI JOSÉ DE LIMA:****1. Recurso em Notícia de Fato nº 01.2022.00006498-8**

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Eldorado

Recorrente: Ana Luzia de A. B. M. Abrão

Recorrido: Ministério Público Estadual

Assunto: Apurar possível dano ambiental supostamente ocorrido em Área de Preservação Permanente, dentro da RPPN Ernesto Vargas Baptista.

EMENTA: RECURSO EM NOTÍCIA DE FATO - DANO AMBIENTAL EM RPPN - APP RIO PARANÁ - SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO NATIVA ÀS MARGENS DE VIA INTERNA - ROTA SECUNDÁRIA - ATRIBUIÇÃO PRIMEIRA DO *PARQUET* PARA INVESTIGAR - NOVAS DILIGÊNCIAS - PROVIMENTO DO RECURSO. 1. O recurso interposto deve ser provido, visto que o relatório do BPMA não contempla a denúncia de supressão de vegetação nativa, bem como a documentação juntada aos autos demonstra elementos suficientes para o início das investigações. 2. Conforme o art. 129, da Constituição Federal, c/c art. 133, IV, da Constituição Estadual e os arts. 26 e 28, da Lei Orgânica do MPMS, o Ministério Público tem competência de, ao menos, verificar se os atos apontados pelo recorrente são verossímeis e, se for o caso, adotar providências legais.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, acompanhou o voto do Relator Conselheiro Aroldi José de Lima, decidindo pelo conhecimento e PROVIMENTO do referido Recurso, com a consequente não homologação da promoção de arquivamento, e envio dos autos à Promotoria de Justiça de origem para adoção das providências necessárias.**

**2. Inquérito Civil nº 06.2018.00000564-3**

10ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requeridos: Estado de Mato Grosso do Sul, FUNSAUD - Fundação de Serviços de Saúde de Dourados

Assunto: Apurar o estado de emergência administrativa e financeira decretado na FUNSAUD - Fundação de Serviços de Saúde de Dourados/MS através da Portaria n. 159/2017, bem como cobrar e supervisionar as providências necessárias para a sua superação.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR ESTADO DE EMERGÊNCIA EM FUNDAÇÃO – SERVIÇOS DE SAÚDE – DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS – ADOÇÃO DE PROVIDÊNCIAS – EXECUÇÃO DE TODAS AS MEDIDAS CABÍVEIS – FALTA DE JUSTA CAUSA – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. As providências empreendidas não trouxeram elementos suficientes para justificar a propositura de ação civil pública ou a continuidade das investigações; 2. Após apuração dos fatos, destaca-se que a atual gestão não tem medido esforços para recuperar a qualidade dos serviços prestados pela FUNSAUD. Além disso, verifica-se que os gestores públicos vêm adotando diversas medidas para regularizar as inconitências e, assim, melhorar a situação administrativa e financeira da referida entidade; 3. A requerida e os entes estatais apresentaram os esclarecimentos pertinentes, de modo que a finalidade do procedimento foi atingida. HOMOLOGAÇÃO.





**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Aroldo José de Lima.**

### **3. Inquérito Civil nº 06.2021.00000259-8**

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Jardim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Agostinho Francisco Ludwig

Assunto: Apurar desmatamento ilegal de 14,18 hectares, ocorrido na Fazenda Nossa Senhora Aparecida, localizada em Guia Lopes da Laguna/MS, em tese, praticados por Agostinho Francisco Ludwig, conforme Auto de Infração Imasul nº 4044 e Laudo de Constatação nº 12178 e Parecer n. 404/20/Nugeo.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – DANO AMBIENTAL EM PROPRIEDADE RURAL – AUTUAÇÃO POR DESMATAMENTO – OBRIGAÇÕES IMPOSTAS PARA REGULARIZAÇÃO DO IMÓVEL – CELEBRAÇÃO DE TAC – ACOMPANHAMENTO IMASUL – INSTAURAÇÃO DE P.A. – ARQUIVAMENTO HOMOLOGADO. 1. Proprietário de imóvel rural autuado por infração ambiental que, após intervenção ministerial, se comprometeu a regularizar a situação jurídico-ambiental de sua Fazenda, culminando na elaboração de Termo de Ajustamento de Conduta - TAC; 2. Cumpre salientar, ainda, que o caso está sob análise e acompanhamento do IMASUL, já que a Promotoria de origem oficiou ao referido Órgão Ambiental, a fim de que, tão logo seja visto qualquer descumprimento das medidas acertadas, seja o Ministério Público imediatamente comunicado; 3. Logo, com Procedimento Administrativo-PA instaurado para acompanhar e fiscalizar o cumprimento do pactuado no TAC, a promoção de arquivamento deve ser homologada. HOMOLOGAÇÃO.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Aroldo José de Lima.**

### **4. Inquérito Civil nº 06.2021.00000549-5**

2ª Promotoria de Justiça dos Direitos Humanos da comarca de Sidrolândia

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Sidrolândia

Assunto: Apurar a ausência de Agentes Comunitários de Saúde para atender as famílias residentes entre os Lotes n.º 482 a n.º 578 no Assentamento Eldorado II, localizado nesta Comarca de Sidrolândia/MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – AUSÊNCIA DE AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE EM ASSENTAMENTO – DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS – IRREGULARIDADES CONSTATADAS E SANADAS – REALIZAÇÃO DE CERTAME – ATUAÇÃO RESOLUTIVA – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. As irregularidades objeto da portaria do inquérito civil foram sanadas sem a necessidade de celebração de ajuste de conduta ou de ação civil pública; 2. Após diligências e com a realização de processo seletivo para Agentes Comunitários de Saúde por parte da Prefeitura de Sidrolândia/MS, verifica-se que a situação foi resolvida, de modo que há profissionais de saúde atendendo as famílias residentes no Assentamento Eldorado II; 3. Adotadas todas as providências necessárias, o arquivamento dos autos se impõe, haja vista que não remanescem providências a serem tomadas. HOMOLOGAÇÃO.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Aroldo José de Lima.**

### **5. Inquérito Civil nº 06.2019.00001824-2**

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Ponta Porã

Assunto: Apurar possíveis irregularidades ocorridas no Processo Seletivo realizado pelo Município de Ponta Porã/MS (Edital/PS n. 01/2019) visando a contratação de servidores temporários.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – IRREGULARIDADES EM PROCESSO SELETIVO – DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS – ADOÇÃO DE MEDIDAS PELA MUNICIPALIDADE – AUSÊNCIA DE MÁ-FÉ – FALTA DE JUSTA CAUSA – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Diante da ausência dos elementos hábeis a justificar a continuidade das investigações no âmbito extrajudicial ou o ajuizamento de ação civil pública, o arquivamento é medida que se impõe; 2. Verifica-se que a Administração Pública apresentou esclarecimentos e adotou medidas para atender as reclamações dos candidatos do certame, de modo que a finalidade do procedimento foi atingida; 3. Insta consignar que intenção da Lei de Improbidade Administrativa é coibir atos praticados manifestamente com intenção lesiva à Administração Pública e não apenas atos que tenham sido praticados por administradores inábeis sem a comprovação de má-fé. HOMOLOGAÇÃO.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator**



**Conselheiro Aroldo José de Lima.**

**6. Inquérito Civil nº 06.2020.00000897-7**

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Camapuã

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Almir de Oliveira Ávila

Assunto: Apurar eventual ocorrência de desmatamento de 25,47 hectares de vegetação nativa, no período de 13/11/2015 a 12/12/2017, sem a devida Autorização Ambiental para a Supressão de Vegetação, na Fazenda Racho Ávila II, de propriedade de Almir de Oliveira Ávila, conforme dados do Programa DNA Ambiental (2016-2017), Parecer n.º 384/19/Nugeo.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – DESMATAMENTO ILEGAL EM PROPRIEDADE RURAL – OBRIGAÇÕES IMPOSTAS PARA REGULARIZAÇÃO DO IMÓVEL – CELEBRAÇÃO DE TAC – INDENIZAÇÃO AMBIENTAL – INSTAURAÇÃO DE P.A. – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Propriedade Rural autuada por infração ambiental, consistente em supressão de vegetação nativa sem autorização do órgão competente. Após intervenção ministerial, os proprietários se comprometeram a pagar indenização ambiental, culminando na elaboração de Termo de Ajustamento de Conduta-TAC; 2. Logo, com Procedimento Administrativo-PA instaurado para acompanhar e fiscalizar o cumprimento do pactuado no TAC, a promoção de arquivamento deve ser homologada. HOMOLOGAÇÃO.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Aroldo José de Lima.**

**7. Inquérito Civil nº 06.2021.00001460-6**

3ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Sidrolândia

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar possível ilegalidade na aplicação de verbas públicas pelo Hospital Dona Elmiria Silvério Barbosa, consistente no pagamento de aluguel de um arco cirúrgico.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR POSSÍVEL ILEGALIDADE NA APLICAÇÃO DE VERBAS PÚBLICAS EM HOSPITAL – ALUGUEL DE ARCO CIRÚRGICO – DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS – NÃO CONSTATAÇÃO DE IRREGULARIDADES NEM COMPROVAÇÃO DE MÁ-FÉ – AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. As diligências empreendidas não constataram dano apto a ensejar o ajuizamento de ação, de modo que a finalidade do procedimento foi atingida; 2. Após apuração dos fatos, verifica-se que o equipamento locado foi utilizado para realização de diversas cirurgias e trouxe vários benefícios ao hospital, portanto, não houve qualquer ato praticado manifestamente com intenção lesiva à Administração Pública; 3. Ante a inexistência de ato ímprobo e ausência de justa causa para continuidade do procedimento, o arquivamento é medida que se impõe. HOMOLOGAÇÃO.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Aroldo José de Lima.**

**2.1.6. RELATOR-CONSELHEIRO GERARDO ERIBERTO DE MORAIS:**

**1. Inquérito Civil nº 06.2018.00000520-0**

11ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Dourados

Requerente: Juiz de Direito da 1ª Vara do Juizado Especial Cível e Criminal do Juizado Especial da Comarca de Dourados

Requerido: CLARO S.A. (NET/CLARO)

Assunto: Apurar a prática de poluição sonora ocasionada pelos ruídos emitidos por um gerador de energia instalado na Rua Hayel Bon Faker, 3770, de propriedade da empresa Claro S.A.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR A PRÁTICA DE POLUIÇÃO SONORA OCASIONADA PELOS RUÍDOS EMITIDOS POR UM GERADOR DE ENERGIA INSTALADO NA RUA HAYEL BON FAKER, 3770, DE PROPRIEDADE DA EMPRESA CLARO S.A – ATUAÇÃO MINISTERIAL RESOLUTIVA – IRREGULARIDADES SANADAS – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Nota-se que não há justificativa para que o Inquérito Civil ora em discussão permaneça em andamento, uma vez que houve adoção de providências por parte da empresa requerida visando a regularização dos ruídos sonoros produzidos, em especial através da substituição do gerador anteriormente utilizado e instalação de revestimento acústico; 2. Ademais, conforme se extrai dos autos, está sendo devidamente apurada na esfera judicial questão atinente à concessão da licença ambiental respectiva, não subsistindo, portanto, fundamentos necessários para a continuidade das diligências ou instauração de ação judicial cabível, sendo o arquivamento medida que se impõe; 3. Enfim, acresça-se que a confirmação do arquivamento pelo Conselho Superior do Ministério Público não impede, com o surgimento de fato novo, posterior prosseguimento das investigações ou a



propositura da ação civil pública, nos termos do art. 28 e parágrafo único da Resolução nº 15/2007- PGJ (Inquérito Civil).

4. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Gerardo Eriberto de Moraes.**

## **2. Inquérito Civil nº 06.2018.00001250-0**

4ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Três Lagoas

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Município de Três Lagoas

Assunto: Apurar se a data designada para posse dos funcionários concursados vem acarretando prejuízo ao funcionamento das unidades de saúde do Município (originário do Inquérito Civil nº 018/2015).

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR SE A DATA DESIGNADA PARA POSSE DOS FUNCIONÁRIOS CONCURSADOS VEM ACARRETANDO PREJUÍZO AO FUNCIONAMENTO DAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO – ATUAÇÃO MINISTERIAL RESOLUTIVA – DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. As irregularidades objeto da portaria do inquérito civil foram sanadas sem a necessidade de celebração de ajuste de conduta ou de ação civil pública; 2. Compulsando os autos, verifica-se que a municipalidade apresentou a relação completa dos profissionais de saúde contratados em razão do último concurso público deflagrado no ano de 2021, com grande quantitativo de profissionais médicos de diversas especialidades, além de farmacêuticos, enfermeiros, técnicos de enfermagem, nutricionistas, odontólogos, entre outros (fls. 897/899); 3. Assim, nota-se que não há justificativa para que o Inquérito Civil ora em discussão permaneça em andamento, uma vez que a parte requerida adotou as medidas necessárias ao esgotamento do objeto da presente investigação; 4. A homologação da promoção do arquivamento pelo Conselho Superior do Ministério Público não impede, com o surgimento de fato novo, posterior prosseguimento das investigações ou a propositura da ação civil pública, nos termos do art. 28 e parágrafo único da Resolução nº 15/2007-PGJ (Inquérito Civil); 5. Promoção de arquivamento homologada.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Gerardo Eriberto de Moraes.**

## **3. Inquérito Civil nº 06.2018.00002210-9**

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Nioaque

Requerente: Promotoria de Justiça da Comarca de Nioaque

Requerido: Alair Bazilio da Costa Souza

Assunto: Apurar possível dano ambiental ocorrido na Chácara Santa Elena - Colônia Padroeira do Brasil, em Nioaque/MS, de propriedade de Alair Bazilio da Costa Souza.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR POSSÍVEL DANO AMBIENTAL OCORRIDO NA CHÁCARA SANTA ELENA, COLÔNIA PADROEIRA DO BRASIL, EM NIOAQUE/MS – TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Analisando os autos, verifica-se que as irregularidades objeto da portaria do inquérito civil foram sanadas mediante celebração de ajuste de conduta TAC com o compromissário, o qual se comprometeu a realizar as obrigações contidas nas fls. 251-258; 2. Consigne-se que a obrigação foi integralmente cumprida, conforme comprovante de fl. 260 e, na linha do enunciado nº 9/2016 do CSMPS, o arquivamento é de rigor pela perda de objeto, posto que as irregularidades diagnosticadas foram objeto de TAC; 3. A homologação da promoção do arquivamento pelo Conselho Superior do Ministério Público não impede, com o surgimento de fato novo, posterior prosseguimento das investigações ou a propositura da ação civil pública, nos termos do art. 28 e parágrafo único da Resolução nº 15/2007-PGJ (Inquérito Civil); 4. Promoção de arquivamento homologada.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Gerardo Eriberto de Moraes.**

## **4. Inquérito Civil nº 06.2019.00001090-6**

16ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Neyde Ramires Veron

Assunto: Apurar notícia indicativa da ocorrência de atos de improbidade administrativa consistente no recebimento de remuneração indevida por parte da servidora Neyde Ramires Veron, que apesar de cedida para o Município de Laguna Carapã, estaria recebendo em duplicidade.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR NOTÍCIA INDICATIVA DA OCORRÊNCIA DE ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA NO RECEBIMENTO DE REMUNERAÇÃO INDEVIDA POR PARTE DA SERVIDORA NEYDE RAMIRES VERON, QUE APESAR DE CEDIDA PARA O MUNICÍPIO DE LAGUNA



CARAPÃ, ESTARIA RECEBENDO EM DUPLICIDADE – IRREGULARIDADES CONSTATADAS E SANADAS – DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. As irregularidades objeto da portaria do inquérito civil foram sanadas sem a necessidade de celebração de ajuste de conduta ou de ação civil pública; 2. Compulsando os documentos constantes nos autos, denota-se que a servidora Neyde Ramires Veron foi exonerada, não subsistindo qualquer vínculo com o poder público, ao passo em que após a formalização do PAD, estabeleceu-se a forma como se daria o devido ressarcimento ao erário; 3. Assim, nota-se que não há justificativa para que o Inquérito Civil ora em discussão permaneça em andamento, uma vez que a problemática restou solucionada de forma resolutiva; 4. A homologação da promoção do arquivamento pelo Conselho Superior do Ministério Público não impede, com o surgimento de fato novo, posterior prosseguimento das investigações ou a propositura da ação civil pública, nos termos do art. 28 e parágrafo único da Resolução nº 15/2007-PGJ (Inquérito Civil); 5. Promoção de arquivamento homologada.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Gerardo Eriberto de Moraes.**

#### 5. Procedimento Preparatório nº 06.2022.00000392-4

Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Água Clara

Requerente: Valdinei Garcia Pedreira

Requerido: Prefeitura Municipal de Água Clara

Assunto: Ausência de transporte escolar na área rural de Água Clara.

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO – APURAR AUSÊNCIA DE TRANSPORTE ESCOLAR NA ÁREA RURAL DE ÁGUA CLARA/MS – IRREGULARIDADES SANADAS – ESGOTAMENTO DO OBJETO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Da análise detida do feito, verifica-se que as irregularidades objeto da portaria do inquérito civil foram sanadas a contento; 2. Conforme se extrai dos autos, a municipalidade adotou as medidas administrativas necessárias à regularização do transporte escolar na região das propriedades rurais "Fazenda Toca do Lobo" e "Fazenda Rio Lambari", razão pela qual não há justificativa para que o procedimento ora em discussão permaneça em andamento, uma vez que as inconformidades não persistem; 3. Enfim, acresça-se que a confirmação do arquivamento pelo Conselho Superior do Ministério Público não impede, com o surgimento de fato novo, posterior prosseguimento das investigações ou a propositura da ação civil pública, nos termos do art. 28 e parágrafo único da Resolução nº 15/2007-PGJ (Inquérito Civil); 4. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Gerardo Eriberto de Moraes.**

#### 6. Procedimento Preparatório nº 06.2022.00000419-0

Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Brasilândia

Requerente: Câmara Municipal de Brasilândia

Requerido: Sanesul

Assunto: Analisar o contido no ofício nº 224/SEC/2021, oriundo da Câmara Municipal de Brasilândia, referente à qualidade da água fornecida aos cidadãos do município.

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO – ANALISAR O CONTIDO NO OFÍCIO N. 224/SEC/2021, ORIUNDO DA CÂMARA MUNICIPAL DE BRASILÂNDIA, REFERENTE À QUALIDADE DA ÁGUA FORNECIDA AOS CIDADÃOS DO MUNICÍPIO – DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS – PERDA DO OBJETO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. A partir da realização de diligências, observou-se dos autos que não subsiste qualquer situação irregular que mereça a apreciação do *Parquet* na via extrajudicial, pois no que tange ao objeto da investigação, verifica-se que a análise das amostras coletadas em diversos pontos do município, indicaram que os resultados se encontravam dentro dos limites ali preconizados; 2. Nessa toada, o encerramento dos possíveis danos denota solução dos fatos reclamados e afasta qualquer lesão aos interesses ou direitos tutelados pelo *Parquet*, razão pela qual o arquivamento é medida que se impõe, consoante art. 26 da Resolução nº 015/2007; 3. A homologação da promoção do arquivamento pelo Conselho Superior do Ministério Público não impede, com o surgimento de fato novo, posterior prosseguimento das investigações ou a propositura da ação civil pública, nos termos do art. 28 e parágrafo único da Resolução nº 15/2007-PGJ (Inquérito Civil); 4. Promoção de arquivamento homologada.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Gerardo Eriberto de Moraes.**

#### 2.1.7. RELATORA-CONSELHEIRA LENIRCE APARECIDA AVELLANEDA FURUYA:

##### 1. Inquérito Civil nº 06.2018.00001439-7

11ª Promotoria de Justiça da Habitação e Urbanismo da comarca de Dourados





Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerida: Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos

AGESUL e Consórcio Guizardi/J. Gabriel.

Assunto: Apurar notícia indicativa de eventuais irregularidades na implantação de ondulações e sinalizações transversais na Rodovia MS 162, que liga a cidade de Dourados à cidade Universitária (objeto originário do Inquérito Civil 28/2014).

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE DOURADOS - APURAR IRREGULARIDADES NA SINALIZAÇÃO DA RODOVIA MS 162 QUE LIGA A CIDADE DE DOURADOS À CIDADE UNIVERSITÁRIA REPAROS DEVIDAMENTE REALIZADOS - RELATÓRIO FOTOGRÁFICO COMPROVANDO A DEVIDA MANUTENÇÃO DA VIA - ATUAÇÃO MINISTERIAL COM RESOLUTIVIDADE - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. No transcurso do presente procedimento, ficou constatado que as irregularidades inicialmente observadas foram devidamente sanadas, porquanto, houve a implantação e adequação de todas as sinalizações da Rodovia, conforme Projeto de Sinalização Viária. De igual modo, a Agesul instaurou processo administrativo em face da empresa contratada, visando a penalização e ressarcimento ao erário, bem como abriu novo processo licitatório para a manutenção e reparos da via. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya.**

## 2. Inquérito Civil nº 06.2018.00001505-2

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Nioaque

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerida: Fazenda São Boaventura

Assunto: Apurar e reparar os danos causados ao meio ambiente e aos moradores do Assentamento Uirapuru, em função do desvio do curso do córrego “Buritizinho”, localizado na propriedade denominada “Fazenda São Boaventura”, deixando os moradores vizinhos da propriedade sem água, e promover a adequada averbação da área de reserva legal na matrícula da referida propriedade, na razão de 20% (vinte por cento) por matrícula, visando a atender integralmente as exigências do artigo 16, parágrafos quarto e oitavo, da Lei nº 4.771/65 (Código Florestal) e do Decreto Estadual nº 11.700/2004, notadamente sua localização determinada pelo órgão ambiental competente.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE NIOAQUE - APURAR DANO AMBIENTAL EM ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE E EM RESERVA LEGAL IRREGULARIDADES SANADAS RELATÓRIO DE VISTORIA DA POLÍCIA MILITAR AMBIENTAL COMPROVANDO A AUSÊNCIA DE DANO - REGULARIZAÇÃO DO CADASTRO AMBIENTAL RURAL DEVIDAMENTE REALIZADA - ATUAÇÃO MINISTERIAL COM RESOLUTIVIDADE – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, verifica-se que as irregularidades constatadas durante as investigações foram devidamente sanadas, conforme consta no Relatório de Vistoria da Polícia Militar Ambiental. Ademais, o requerido adequou o CAR da propriedade, regularizando o percentual de área disponibilizada para Reserva Legal. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya.**

## 3. Inquérito Civil nº 06.2020.00001360-3

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Amambai

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requeridos: Município de Amambai/MS e Edinaldo Luiz de Melo Bandeira Prefeito Municipal de Amambai

Assunto: Apurar possíveis irregularidades no que concerne à doação de imóveis pela Prefeitura Municipal de Amambai nos anos de 2018 a 2020.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE AMAMBAI - APURAR EVENTUAL IRREGULARIDADE EM RELAÇÃO À DOAÇÃO DE IMÓVEIS PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE AMAMBAI - IRREGULARIDADES SANADAS - FISCALIZAÇÃO DEVIDAMENTE EXERCIDA - REVERSÃO DOS BENS AO ENTE PÚBLICO – ATUAÇÃO MINISTERIAL COM RESOLUTIVIDADE - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. No transcurso do presente procedimento, ficou constatado que as irregularidades inicialmente observadas foram devidamente sanadas, porquanto o Município de Amambai fiscalizou todos os imóveis doados e promoveu a reversão ao ente público dos bens em que houve o descumprimento dos encargos estabelecidos para a doação. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da**



**Relatora Conselheira Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya.**

#### **4. Inquérito Civil nº 06.2021.00001010-0**

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Naviraí

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a notícia de suposta ofensa a princípios da administração pública a partir da nomeação de servidor público para ocupar o cargo de provimento em comissão de Gerente de Equipe de Iluminação Pública da Prefeitura Municipal de Naviraí, por meio da Portaria nº 416, de 29/06/2021.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE NAVIRAÍ - APURAR SUPOSTA OFENSA A PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA A PARTIR DA NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO EM CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO - AUSÊNCIA DE DOLO OU MÁ-FÉ - FUNÇÃO PREVISTA EM LEI MUNICIPAL DESDE O ANO DE 2014 - PUBLICAÇÃO DE LEI COMPLEMENTAR QUE REGULAMENTA AS ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS, OS QUAIS SE ENCAIXAM NO CONCEITO DE DIREÇÃO - MENCIONADO NO ARTIGO 37, INCISO V, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL - IRREGULARIDADES SANADAS - ATUAÇÃO MINISTERIAL COM RESOLUTIVIDADE - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, denota-se que não restou caracterizado a presença de dolo ou má-fé, tendo em vista que o servidor efetivo foi nomeado para cargo em comissão com previsão legal desde o ano de 2014. Ademais, após Recomendação, houve a elaboração de Lei Complementar que definiu as atribuições de todos as funções de confiança previstas na estrutura organizacional do município, evidenciando que os cargos se amoldam as hipóteses de direção, chefia e assessoramento. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya.**

#### **5. Inquérito Civil nº 06.2021.00001151-0**

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bela Vista

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requeridos: Clóvis Augusto de Oliveira Rodrigues, Fazenda Santa Rita de Cássia

Assunto: Apurar desmatamento possivelmente ilegal de 8,5 hectares de vegetação nativa localizada em área proposta para constituição de reserva legal, e de 12,34 hectares de vegetação nativa localizada fora de área de reserva legal, ocorridos na Fazenda Santa Rita de Cássia, em Caracol/MS, detectados pelo Pareceres Nugeo nº 546/19.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE BELA VISTA - DANO AMBIENTAL - DESMATAMENTO EM ÁREA REMANESCENTE DE VEGETAÇÃO NATIVA - CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - TAC DE ACORDO COM O ART. 33 AO 43 DA RESOLUÇÃO N.º 15/2007 - CUMPRIMENTO INTEGRAL DAS OBRIGAÇÕES ASSUMIDAS - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, denota-se que o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) encontra-se de acordo com o regramento capitulado no art. 33 ao art. 43 da Resolução PGJ n.º 15/2007. Ademais, verifica-se que a parte requerida já cumpriu integralmente as obrigações assumidas. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya.**

#### **6. Inquérito Civil nº 06.2022.00000648-7**

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Pedro Gomes

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requeridas: Prefeitura Municipal de Pedro Gomes e Secretaria de Assistência Social

Assunto: Apurar a deficiência na atuação e estrutura da rede psicossocial do Município de Pedro Gomes, notadamente em razão da ausência de equipe de alta complexidade.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE PEDRO GOMES - APURAR A DEFICIÊNCIA NA ATUAÇÃO E ESTRUTURA DA REDE PSICOSSOCIAL DO MUNICÍPIO, DEVIDO A FALTA DE EQUIPE DE ALTA COMPLEXIDADE - CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - TAC DE ACORDO COM O ART. 33 AO 43 DA RESOLUÇÃO N.º 15/2007 - INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO VISANDO ACOMPANHAR E FISCALIZAR SEU CUMPRIMENTO - INCIDÊNCIA DO ENUNCIADO Nº 09 DO CSMP - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, denota-se que o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) encontra-se de acordo com o regramento capitulado no art. 33 ao art. 43 da Resolução PGJ n.º 15/2007. Ademais, verifica-se que foi instaurado Procedimento Administrativo, com o fim de acompanhar e fiscalizar o cumprimento integral do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), conforme preceitua o art. 39 da Resolução





n.º 15/2012 da PGJ. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya.**

#### **7. Inquérito Civil nº 06.2017.00001706-8**

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Nioaque

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar supostas irregularidades no Processo nº 55/2012 Convite nº 004/2012, notadamente suposta violação à isonomia e competitividade do certame, bem como possível superfaturamento dos serviços.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE NIOAQUE - APURAR SUPOSTAS IRREGULARIDADES NO PROCESSO Nº 55/2012 - AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE DOLO OU MÁ-FÉ - FATOS QUE OCORRERAM NO ANO DE 2012 - PRAZO PRESCRICIONAL PREVISTO NO ARTIGO 23, I, DA LEI Nº 8.429/93 - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, denota-se que não foi possível comprovar a presença de dolo na contratação realizada que pudesse caracterizar atos de improbidade administrativa. Ademais, tanto os fatos quanto o encerramento do mandato eletivo da então Prefeita investigada ocorreram em 2012, o que atrai o fenômeno da prescrição. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya.**

#### **2.1.8. RELATORA-CONSELHEIRA MARA CRISTIANE CRISÓSTOMO BRAVO:**

##### **1. Inquérito Civil nº 06.2020.00001132-7**

50ª Promotoria de Justiça Execução Penal da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Agência Estadual de Administração do Sistema Penitenciário - AGEPEN e Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública SEJUSP

Assunto: Apurar irregularidades concernentes à segurança no Centro Penal Agroindustrial da Gameleira de Regime Semiaberto CPAIG.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE CAMPO GRANDE – DIREITOS DIFUSOS E COLETIVOS DOS PRESOS – APURAR IRREGULARIDADES ACERCA DA SEGURANÇA NO CENTRO PENAL AGROINDUSTRIAL DA GAMELEIRA DE REGIME SEMIABERTO – IRREGULARIDADES CONSTATADAS E SANADAS – ATUAÇÃO RESOLUTIVA – REMANEJAMENTO DOS DETENTOS – VISTORIA “*IN LOCO*” – MITIGAÇÃO A CONTEÚDO DO PROBLEMA DA SEGURANÇA E DA SUPERLOTAÇÃO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. O arquivamento do procedimento se justifica, porquanto foram sanadas as irregularidades originalmente apontadas, após atuação resolutiva do órgão de execução. Em vistoria in loco realizada no Centro Penal Agroindustrial da Gameleira de Regime Semiaberto restou constatada a mitigação a conteúdo do problema da segurança e da superlotação dos detentos do risco (que cometeram crimes sexuais) e dos detentos do seguro (que fizeram parte de facções). Promoção de arquivamento homologada.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Mara Cristiane Crisóstomo Bravo.**

##### **2. Inquérito Civil nº 06.2021.00000536-2**

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Naviraí

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Agropecuária Borda do Rio Ltda.

Assunto: Apurar o déficit de 38,65 hectares para composição de Reserva Legal de modo a atender o mínimo legal de 20% com base no Cadastro Ambiental Rural nº 0019093, na Fazenda Santa Therezinha, em Naviraí/MS, conforme Parecer nº 006/2020 CEIPPAM/LASANGE-UEMS (Programa SOS Rios Projeto Córrego Curupaí).

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE NAVIRAÍ – MEIO AMBIENTE – APURAR O DÉFICIT DE 38,65 HECTARES PARA COMPOSIÇÃO DE RESERVA LEGAL NA FAZENDA SANTA THEREZINHA – PROGRAMA SOS RIOS – DANO AMBIENTAL NÃO CONSTATADO – RECOMENDAÇÃO DO CEIPPAM ATENDIDA – APRESENTAÇÃO DE CAR/MS E PEDIDO DE COMPENSAÇÃO DA ÁREA DE RESERVA LEGAL – PERDA DO OBJETO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. O arquivamento do inquérito civil se justifica, uma vez que a recomendação contida no Parecer do CEIPPAM foi integralmente atendida. O proprietário do imóvel rural apresentou o CAR/MS e a solicitação de compensação da área de Reserva Legal mediante a transação de cotas de reserva ambiental (CRA). Ausente o dano ambiental, o objeto restou esvaziado. Decisão conforme o Enunciado nº 10 do Conselho



Superior do Ministério Público. Promoção de arquivamento homologada.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Mara Cristiane Crisóstomo Bravo.**

### 3. Inquérito Civil nº 06.2021.00000649-4

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Angélica

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Juvandir Pereira de Sá

Assunto: Apurar a ausência de 1,48 hectares para composição do mínimo de 20% de Reserva Legal e 1,44 hectares com ausência em área de APP, na Fazenda dos Encontros, em Angélica, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Programa SOS RIOS: Projeto Córrego Engano Parecer n. 020/2020 CEIPPAM/LASANGE-UEMS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE ANGÉLICA – MEIO AMBIENTE – APURAR A AUSÊNCIA DE 1,48 HECTARES PARA COMPOSIÇÃO DA RESERVA LEGAL – PROGRAMA SOS RIOS – DANO AMBIENTAL NÃO CONSTATADO – RECOMENDAÇÃO DO CEIPPAM ATENDIDA – APRESENTAÇÃO DE CAR/MS E PEDIDO DE COMPENSAÇÃO DA ÁREA DE RESERVA LEGAL – PERDA DO OBJETO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. O arquivamento do inquérito civil se justifica, uma vez que a recomendação contida no Parecer do CEIPPAM foi integralmente atendida. O proprietário do imóvel rural apresentou o CAR/MS e a solicitação de compensação da área de Reserva Legal mediante a aquisição de cotas de reserva ambiental (CRA). Ausente o dano ambiental, o objeto restou esvaziado. Decisão conforme o Enunciado nº 10 do Conselho Superior do Ministério Público. Promoção de arquivamento homologada.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Mara Cristiane Crisóstomo Bravo.**

### 4. Inquérito Civil nº 06.2021.00000746-0

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Água Clara

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Prefeitura Municipal de Água Clara

Assunto: apurar supostas irregularidades no processo seletivo simplificado nº 002/2021, da Prefeitura de Água Clara/MS, notadamente quanto aos critérios objetivos adotados no certame.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE ÁGUA CLARA – PATRIMÔNIO PÚBLICO – APURAR SUPOSTAS IRREGULARIDADES NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 02/2021 – CRITÉRIO OBJETIVOS – RECOMENDAÇÃO MINISTERIAL EXPEDIDA E ATENDIDA – ATUAÇÃO RESOLUTIVA – PERDA DO OBJETO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. O arquivamento do procedimento se justifica, porquanto o órgão de execução expediu recomendação ministerial, a qual foi atendida e cumprida pela autoridade municipal, regularizando o edital dos processos seletivos simplificados no município. Ato ímprobo não configurado. Perda do objeto. Promoção de arquivamento homologada.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Mara Cristiane Crisóstomo Bravo.**

### 5. Inquérito Civil nº 06.2021.00001196-4

43ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Caloi Norte S/A

Assunto: Garantir aos consumidores em geral, que adquirem ou que venham a adquirir bicicletas fabricadas pelo fornecedor Caloi Norte S.A, a instalação e disponibilização de itens obrigatórios e indispensáveis à segurança, quais sejam campanha, retrovisor esquerdo e sinalização retrorrefletora.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE CAMPO GRANDE – CONSUMIDOR – GARANTIR A INSTALAÇÃO E DISPONIBILIZAÇÃO DE ITENS OBRIGATÓRIOS E INDISPENSÁVEIS À SEGURANÇA POR FORNECEDOR DE BICICLETAS – CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA – PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO PARA ACOMPANHAMENTO INSTAURADO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. A homologação da promoção de arquivamento se justifica tendo em vista a celebração de Termo de Ajustamento de Conduta com a empresa fornecedora, firmando-se o compromisso de as bicicletas somente ingressarem no mercado de consumo devidamente equipadas com os itens obrigatórios, como campanha, sinalização noturna (dianteira, traseira, lateral e nos pedais) e espelho retrovisor no lado esquerdo. O Procedimento Administrativo para acompanhamento do cumprimento das cláusulas do compromisso foi devidamente instaurado,



conforme prevê o artigo 38 da Resolução nº 15/2007-PGJ e o Enunciado 09 do CSMP. Promoção de arquivamento homologada.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Mara Cristiane Crisóstomo Bravo.**

#### **2.1.9. RELATOR-CONSELHEIRO SILASNEITON GONÇALVES:**

##### **1. Procedimento Preparatório nº 06.2022.00000269-1**

2ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Três Lagoas

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar denúncia apresentada na Ouvidoria Nacional da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos de Brasília-DF, de indevido acolhimento dos irmãos D. T. F., 9 anos, P. C. T. F., 5 anos, e L. T. F., 4 anos.

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO. APURAR DENÚNCIA APRESENTADA NA OUVIDORIA NACIONAL DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS DE BRASÍLIA-DF, DE INDEVIDO ACOLHIMENTO DOS IRMÃOS D. T. F., 9 ANOS, P. C. T. F., 5 ANOS, E L. T. F., 4 ANOS. DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS. DENÚNCIA DESPROVIDA DE ELEMENTOS MÍNIMOS DE PROVA. IRREGULARIDADES NÃO CONSTATADAS. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Após análise dos autos, verifica-se que o acolhimento institucional das crianças em questão foi levado a efeito após profunda análise do caso por toda a Rede de Proteção e está sendo acompanhado por meio do processo judicial nº 0005319-41.2021.8.12.0021, contando com manifestação favorável do Ministério Público e fundamentada homologação judicial. No mais, verifica-se que a Secretaria de Assistência Social de Três Lagoas/MS, após apuração, concluiu que as alegações do denunciante não prosperam e que não vislumbrou nada que desabonasse a conduta da equipe do acolhimento institucional. Assim, considerando que não restou apurado nos autos ilegalidades ou irregularidades, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Silasneiton Gonçalves.**

##### **2. Recurso em Notícia de Fato nº 01.2022.00006363-4 – SIGILOSO**

3ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Sidrolândia

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, acompanhou o voto do Relator Conselheiro Silasneiton Gonçalves, decidindo pelo conhecimento e PROVIMENTO do referido Recurso, com a consequente não homologação da promoção de arquivamento da Notícia de Fato nº 01.2022.00005783-2, bem como a remessa dos autos à Promotoria de Justiça de origem para adoção das providências necessárias.**

##### **3. Inquérito Civil nº 06.2018.00001844-9**

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Nova Alvorada do Sul

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar supostas irregularidades nos processos licitatórios Pregão Presencial nº 002/2017 e Pregão Presencial nº 015/2017, os quais redundaram, respectivamente, na contratação das empresas Transpicoli Transportes LTDA e Odilon de Oliveira Rezende-ME, para prestação de serviços de transporte escolar neste Município, bem como na execução dos contratos daí decorrentes.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL. APURAR SUPOSTAS IRREGULARIDADES NOS PROCESSOS LICITATÓRIOS PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2017 E PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2017, OS QUAIS REDUNDARAM, RESPECTIVAMENTE, NA CONTRATAÇÃO DAS EMPRESAS TRANSPICOLI TRANSPORTES LTDA E ODILON DE OLIVEIRA REZENDE-ME, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR NESTE MUNICÍPIO, BEM COMO NA EXECUÇÃO DOS CONTRATOS DAÍ DECORRENTES. RETORNO DE DILIGÊNCIAS. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Após análise dos autos, verifica-se que não restou comprovado atos de improbidade administrativa ou dano ao erário. Assim, inexistindo razões para o prosseguimento deste procedimento e/ou para a adoção de medidas judiciais, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Silasneiton Gonçalves.**

##### **4. Inquérito Civil nº 06.2018.00002593-9**

11ª Promotoria de Justiça da Habitação e Urbanismo da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual



Requerido: Município de Dourados

Assunto: Apurar possíveis irregularidades na desafetação de áreas institucionais e seleção de beneficiários para execução do Programa Habitacional "Lotes Urbanizados", no Município de Dourados.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL. APURAR POSSÍVEIS IRREGULARIDADES NA DESAFETAÇÃO DE ÁREAS INSTITUCIONAIS E SELEÇÃO DE BENEFICIÁRIOS PARA EXECUÇÃO DO PROGRAMA HABITACIONAL "LOTES URBANIZADOS", NO MUNICÍPIO DE DOURADOS. DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Após análise dos autos, verifica-se que restou demonstrado que os loteamentos sociais não causaram prejuízo à municipalidade quanto à destinação da finalidade de área institucional; que as áreas institucionais vazias suprem a demanda necessária; e que inexistem irregularidades na seleção dos beneficiários, que se dá de acordo com os parâmetros legais, tendo sido desclassificados aqueles que não atendiam os quesitos socioeconômicos. Assim, inexistindo razões suficientes para o prosseguimento deste procedimento e/ou para a propositura de ação civil pública, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Silasneiton Gonçalves.**

## 5. Inquérito Civil nº 06.2019.00001903-0

11ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Uemura & Cia S/S Ltda.

Assunto: Apurar a ocorrência de irregularidades ambientais no Hospital da Vida, consistente em operação sem licenciamento ambiental e inadequação na disposição final do sangue proveniente de procedimentos cirúrgicos, bem como verificação do correto gerenciamento dos resíduos dos serviços de saúde.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL. APURAR A OCORRÊNCIA DE IRREGULARIDADES AMBIENTAIS NO HOSPITAL DA VIDA, CONSISTENTE EM OPERAÇÃO SEM LICENCIAMENTO AMBIENTAL E INADEQUAÇÃO NA DISPOSIÇÃO FINAL DO SANGUE PROVENIENTE DE PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS, BEM COMO VERIFICAÇÃO DO CORRETO GERENCIAMENTO DOS RESÍDUOS DOS SERVIÇOS DE SAÚDE. DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS. IRREGULARIDADES CONSTATADAS E SANADAS. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Após análise dos autos, verifica-se que o Hospital da Vida alcançou a Licença Ambiental de Operação nº 29.126/2019, com validade até 25 de novembro de 2023 (fls. 220-222), tendo seu Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde igualmente aprovado (fls. 166-219), comprovando, ainda, a adequada destinação do sangue proveniente de procedimentos cirúrgicos. Dessa forma, sanada a problemática que ensejou a presente investigação, verifica-se que inexistem razões suficientes para o prosseguimento deste procedimento e/ou para a adoção de medidas judiciais, razão pela qual vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Silasneiton Gonçalves.**

## 6. Inquérito Civil nº 06.2020.00000141-8

Promotoria de Justiça das Entidades de Interesse Social da comarca de Sete Quedas

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul

Assunto: Apurar a situação da carceragem na Delegacia de Polícia Civil de Sete Quedas, quanto a falta de local adequado para prender, apreender, custodiar ou alojar qualquer indivíduo adolescente ou do sexo feminino, bem como a necessidade de reforma e melhoria da estrutura carcerária.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL. APURAR A SITUAÇÃO DA CARCERAGEM NA DELEGACIA DE POLÍCIA CIVIL DE SETE QUEDAS, QUANTO A FALTA DE LOCAL ADEQUADO PARA PRENDER, APREENDER, CUSTODIAR OU ALOJAR QUALQUER INDIVÍDUO ADOLESCENTE OU DO SEXO FEMININO, BEM COMO A NECESSIDADE DE REFORMA E MELHORIA DA ESTRUTURA CARCERÁRIA. DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS. IRREGULARIDADES CONSTATADAS E SANADAS. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Após análise dos autos, verifica-se que a Promotoria de Justiça de origem constatou que houve a reforma da carceragem existente dentro da Delegacia de Polícia Civil de Sete Quedas/MS, ocorrendo a adaptação de uma das celas para o recebimento exclusivo de adolescentes e pessoas do sexo feminino. Dessa forma, verifica-se que o problema objeto desta investigação foi solucionado, inexistindo razões suficientes para o prosseguimento deste procedimento e/ou para a propositura de medidas judiciais. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Silasneiton Gonçalves.**



**7. Inquérito Civil nº 06.2021.00000189-9**

76ª Promotoria de Justiça da Saúde da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Secretaria Municipal de Saúde - SESAU

Assunto: Apurar a insuficiência de terapeutas ocupacionais no CAPS AD IV, conforme apontado no Relatório de Vistoria nº 31/2020/MS do Conselho Regional de Medicina de Mato Grosso do Sul, bem como ausência de ventilação adequada nos quartos do CAPS AD IV.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL. APURAR A INSUFICIÊNCIA DE TERAPEUTAS OCUPACIONAIS NO CAPS AD IV, CONFORME APONTADO NO RELATÓRIO DE VISTORIA Nº 31/2020/MS DO CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DE MATO GROSSO DO SUL, BEM COMO AUSÊNCIA DE VENTILAÇÃO ADEQUADA NOS QUARTOS DO CAPS AD IV. DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS. IRREGULARIDADES CONSTATADAS E SANADAS. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Após análise dos autos, verifica-se que foram adotadas todas as providências necessárias por parte do órgão de execução para regularização dos serviços no CAPS AD IV, inexistindo novas denúncias de irregularidades na prestação do serviço de saúde na unidade em relação à ausência de terapeuta ocupacional e falta de ventilação. Assim, inexistindo razões suficientes para o prosseguimento deste procedimento e/ou para a propositura de ação civil pública, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Silasneiton Gonçalves.**

**8. Inquérito Civil nº 06.2021.00000484-1**

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Naviraí

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Rodrigo Antonini, Gustavo Henrique Scalabrin e Leandro Scalabrin, Fabio Antonini

Assunto: Apurar a necessidade de correção do Cadastro Ambiental Rural nº 15710, referente à Fazenda Jaguaruna III, em Naviraí/MS, para que haja retificação da área indicada como "Área de ocupação agrosilvipastoril" para "Área de remanescente de vegetação nativa", bem como retificação da referida área, de 24,57 hectares para 19,66 hectares, de acordo com o Parecer nº 051/2020/CEIPPAM/LASANGE-UEMS (Programa SOS Rios: Projeto Córrego Curupaí).

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL. APURAR A NECESSIDADE DE CORREÇÃO DO CADASTRO AMBIENTAL RURAL Nº 15710, REFERENTE À FAZENDA JAGUARUNA III, EM NAVIRAÍ/MS, PARA QUE HAJA RETIFICAÇÃO DA ÁREA INDICADA COMO "ÁREA DE OCUPAÇÃO AGROSILVIPASTORIL" PARA "ÁREA DE REMANESCENTE DE VEGETAÇÃO NATIVA", BEM COMO RETIFICAÇÃO DA REFERIDA ÁREA, DE 24,57 HECTARES PARA 19,66 HECTARES, DE ACORDO COM O PARECER Nº 051/2020/CEIPPAM/LASANGE-UEMS (PROGRAMA SOS RIOS: PROJETO CÓRREGO CURUPAÍ). NECESSIDADE DE DILIGÊNCIAS. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO NÃO HOMOLOGADA. Após análise dos autos, voto pela não homologação da promoção de arquivamento e converto o julgamento em diligência, determinando a baixa dos autos à Promotoria de Justiça de origem, para a adoção das providências cabíveis, consoante disposto no artigo 26, §6º, I, da Resolução nº 15/2007, da Procuradoria-Geral de Justiça. Sem prejuízo de outras diligências que o órgão de execução entender pertinentes, desde já, aponto como imprescindível que o IMASUL seja oficiado para tomar ciência e se manifestar quanto às afirmações feitas pelo CEIPPAM no Parecer nº 051/2020 (fls. 5-11), em especial quanto à necessidade de correção das informações constantes no CARMS nº 0015710, a fim de que: 1) a área indicada como "Área de ocupação agrosilvipastoril" passe a constar como "Área de remanescente de vegetação nativa" e, após, 2) a área indicada como "Área de remanescente de vegetação nativa" seja corrigida de 24,57 hectares para 19,66 hectares.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, não homologou a promoção de arquivamento e converteu o julgamento em diligência, determinando a baixa dos autos à Promotoria de Justiça de origem, para adoção das providências cabíveis, nos termos do voto do Relator Conselheiro Silasneiton Gonçalves.**

**9. Inquérito Civil nº 06.2021.00001280-8**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Comarca de Caarapó

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Ney Riciéri Ferezin

Assunto: Apurar o desmatamento de 17,9 hectares pertencentes ao Bioma Mata Atlântica na Fazenda Nossa Senhora Aparecida, em Juti/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer nº 74/19/NUGEO (Programa DNA Ambiental) e Relatório de Fiscalização nº 34/2021.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL. APURAR O DESMATAMENTO DE 17,9 HECTARES PERTENCENTES AO BIOMA MATA ATLÂNTICA NA FAZENDA NOSSA SENHORA APARECIDA, EM JUTI/MS, SEM AUTORIZAÇÃO DA AUTORIDADE AMBIENTAL COMPETENTE, CONFORME PARECER Nº 74/19/NUGEO



(PROGRAMA DNA AMBIENTAL) E RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO Nº 34/2021. CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA. INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Analisando os autos, nota-se que foi firmado Termo de Ajustamento de Conduta com o requerido, em conformidade com as exigências da Resolução nº 15/2007-PGJ, restando apenas o seu acompanhamento e fiscalização, inexistindo outras medidas a serem adotadas dentro do presente procedimento. Ademais, nos termos dos arts. 38 e 39, da Resolução nº 15/2007-PGJ, a Promotoria de Justiça de origem instaurou o Procedimento Administrativo nº 09.2022.00008986-8 (fls. 169/170) para acompanhamento e fiscalização do cumprimento integral das cláusulas do TAC firmado, em observância à redação do Enunciado nº 9 do Conselho Superior do Ministério Público. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Silasneiton Gonçalves.**

#### **10. Inquérito Civil nº 06.2021.00001528-2**

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Rio Negro

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Francisco de Paula Ribeiro Júnior

Assunto: Apurar eventual ilicitude na renúncia de receitas, por parte do Chefe do Poder Executivo Municipal de Rochedo, no tocante à arrecadação do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU).

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL. APURAR EVENTUAL ILICITUDE NA RENÚNCIA DE RECEITAS, POR PARTE DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DE ROCHEDO, NO TOCANTE À ARRECADAÇÃO DO IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO (IPTU). DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Após análise dos autos, verifica-se que inexistem razões suficientes para o prosseguimento deste procedimento e/ou para a propositura de ação civil pública. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Silasneiton Gonçalves.**

#### **11. Inquérito Civil nº 06.2018.00001732-8**

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Nioaque

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual irregularidade na aquisição de merenda escolar pelo Município de Nioaque nos anos de 2013 e 2014.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL. APURAR EVENTUAL IRREGULARIDADE NA AQUISIÇÃO DE MERENDA ESCOLAR PELO MUNICÍPIO DE NIOAQUE NOS ANOS DE 2013 E 2014. DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS. RELATÓRIO DE ANÁLISE ELABORADO PELO DAEX. PARTE DAS IRREGULARIDADES ESCLARECIDAS. PARTE DAS IRREGULARIDADES NÃO FOI COMPROVADO DOLO. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA NÃO CONFIGURADA. PRESCRIÇÃO DE EVENTUAL PRETENSÃO DE RESSARCIMENTO AO ERÁRIO. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Após análise dos autos, verifica-se que não restou comprovado a existência de irregularidade ou ilícito que configure atos de improbidade administrativa, razão pela qual vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Silasneiton Gonçalves.**

Campo Grande, 29 de novembro de 2022.

MARA CRISTIANE CRISÓSTOMO BRAVO

Procuradora de Justiça

Secretária do Conselho Superior do MP



**GESTÃO DE ESTAGIÁRIOS****AVISO Nº 112/2022-GED****XXIV PROCESSO DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (MPMS), por intermédio da Promotora de Justiça e Coordenadora da Gestão de Estagiários de Direito (GED), Clarissa Carlotto Torres, torna público que os candidatos aprovados no XXIV Processo de Seleção de Estagiários do MPMS convocados por meio do Aviso nº 108/2022-GED, publicado no Diário Oficial do Ministério Público (DOMP) nº 2.781, de 07.11.2022, manifestaram opção de **DESISTÊNCIA TEMPORÁRIA** da vaga de estagiário, renunciando à sua classificação original e sendo reposicionado em último lugar na fila dos aprovados, nos termos do item 7 do Capítulo X do Edital nº 1/2021-XXIVPSE-MPMS, publicado no DOMP nº 2.654, de 28.04.2022.

CANDIDATOS	COMARCA	NÍVEL
JOÃO VITOR FERNANDES PEIXOTO	Campo Grande	Graduação
ISABELLA SALDANHA GUELERE	Campo Grande	Graduação
LUANA OLIVEIRA MONTEIRO JAIR	Campo Grande	Graduação
VINICIUS FELICIANO SOATO	Três Lagoas	Graduação

Campo Grande, 29 de novembro de 2022.

CLARISSA CARLOTTO TORRES  
Promotora de Justiça  
Coordenadora da Gestão de Estagiários de Direito

**AVISO Nº 113/2022-GED****XXIV PROCESSO DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (MPMS), por intermédio da Promotora de Justiça e Coordenadora da Gestão de Estagiários de Direito (GED), Clarissa Carlotto Torres, torna pública que os candidatos aprovados no XXIV Processo de Seleção de Estagiários do MPMS convocados por meio do Aviso nº 108/2022-GED, publicado no Diário Oficial do Ministério Público (DOMP) nº 2.781, de 07.11.2022, manifestaram a opção de **DESISTÊNCIA FORMAL** da vaga de estagiário, nos termos do item 4 do Capítulo X do Edital nº 1/2021-XXIVPSE-MPMS, publicado no DOMP nº 2.654, de 28.04.2022.

CANDIDATOS	COMARCA	NÍVEL
ANDREZA DE OLIVEIRA MARQUES	Ivinhema	Graduação
VINICIUS REGINATO ANGELO	Ivinhema	Graduação

Campo Grande, 29 de novembro de 2022.

CLARISSA CARLOTTO TORRES  
Promotora de Justiça  
Coordenadora da Gestão de Estagiários de Direito

**AVISO Nº 114/2022-GED****XXIV PROCESSO DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (MPMS), por intermédio da Promotora de Justiça e Coordenadora da Gestão de Estagiários de Direito (GED), Clarissa Carlotto Torres, declara a **DECADÊNCIA** do direito de ser empossado dos candidatos aprovados no XXIV Processo de Seleção de Estagiários do MPMS abaixo relacionados, uma vez que os candidatos não apresentaram a documentação necessária ao credenciamento nos prazos indicados na convocação constante do Aviso nº 108/2022-GED, publicado no Diário Oficial do Ministério Público (DOMP) nº 2.781, de 07.11.2022.

CANDIDATO(S)	COMARCA	NÍVEL
EVELYN APARECIDA NASCIMENTO DA SILVA	Campo Grande	Graduação
MATHEUS LOUREIRO DE FREITAS	Campo Grande	Graduação
MARIA EDUARDA CAFURE QUEIROZ	Campo Grande	Graduação
RAPHAEL DE ALMEIDA SILVA	Campo Grande	Graduação
GABRIEL CORDEIRO LOPES	Dourados	Graduação

Campo Grande, 29 de novembro de 2022.

CLARISSA CARLOTTO TORRES  
Promotora de Justiça  
Coordenadora da Gestão de Estagiários de Direito

**AVISO Nº 115/2022-GED****XXIV PROCESSO DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (MPMS), por intermédio da Promotora de Justiça e Coordenadora da Gestão de Estagiários de Direito (GED), Clarissa Carlotto Torres, **CONVOCA os candidatos de graduação em Direito** aprovados no XXIV Processo de Seleção de Estagiários do MPMS, homologado por meio do Aviso nº 001/2022-CPS-XXIVPSE-MPMS, de 27 de abril de 2022, publicado no Diário Oficial do Ministério Público (DOMP) nº 2.654, de 28 de abril de 2022, para a **entrega dos documentos necessários ao credenciamento**.

Conforme previsão expressa no Edital nº 1/2021-XXIVPSE, no Capítulo X, “Da Convocação e Admissão”, itens 3 e 4, o(a) candidato(a) regularmente convocado(a) deverá manifestar, por meio de mensagem eletrônica, no prazo de 3 (três) dias úteis, seu interesse no exercício do estágio, desistência formal ou transposição para o final de lista, sob pena de decadência do direito de posse no processo de seleção.

OS CANDIDATOS CONVOCADOS DEVERÃO ENVIAR *E-MAIL* PARA A GESTÃO DE ESTAGIÁRIOS DE DIREITO – [ged@mpms.mp.br](mailto:ged@mpms.mp.br) – **ENTRE OS DIAS 06/12/2022 e 12/12/2022, ATÉ ÀS 19H**, COM A DOCUMENTAÇÃO INDICADA NO ITEM 11 DO CAPÍTULO X DO EDITAL Nº 1/2021-XXIVPSE-MPMS, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2021, PUBLICADO NO DOMP Nº 2.570, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2021, REPRODUZIDA NO ITEM 2 DESTA AVISO (**RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA CREDENCIAMENTO**).

**O E-MAIL DEVERÁ CONTER NO ASSUNTO O NOME DO(A) CANDIDATO(A) E O NÍVEL DE ESCOLARIDADE (GRADUAÇÃO).**

**1. CANDIDATOS CONVOCADOS – DIREITO – NÍVEL GRADUAÇÃO****1.1 COMARCA DE AMAMBAÍ**

**LOCAL:** Edifício das Promotorias de Justiça, situado na Rua Avenida Pedro Manvailler, n. 4601, Centro, Amambai.

CANDIDATO(A)	CLASSIFICAÇÃO GERAL	CLASSIFICAÇÃO RESERVA DE COTAS
LUCAS SOARES DOS SANTOS	3ª	



### 1.2 COMARCA DE ANAURILÂNDIA

**LOCAL:** Edifício das Promotorias de Justiça, situado na Rua Floriano Peixoto, n. 1001, Centro, Anaurilândia.

CANDIDATO(A)	CLASSIFICAÇÃO GERAL	CLASSIFICAÇÃO RESERVA DE COTAS
LUANA SOARES SANTOS	2ª	

### 1.3 COMARCA DE BRASILÂNDIA

**LOCAL:** Edifício das Promotorias de Justiça, situado na Rua Raimundo Assis de Alencar, 1075, Centro, Brasilândia.

CANDIDATO(A)	CLASSIFICAÇÃO GERAL	CLASSIFICAÇÃO RESERVA DE COTAS
JULIANO CELSO HIPPLER ZACARIAS	2ª	

### 1.4 COMARCA DE CAMPO GRANDE

**LOCAL:** Gestão de Estagiários de Direito (GED) – situada na unidade do MPMS localizada na Rua São Vicente de Paula, 180, Chácara Cachoeira, Campo Grande.

CANDIDATO(A)	CLASSIFICAÇÃO GERAL	CLASSIFICAÇÃO RESERVA DE COTAS
LEONARDO HENRIQUE SCHABO DE SOUZA	128ª	
JENNIFER BARROS DE ALMEIDA REIS DE SOUZA	129ª	
CAMILA NOGUEIRA	130ª	
FLÁVIO GUILHERME GALDINO ALBUQUERQUE	131ª	
BRUNO KENDJI RIBEIRO MINAMI	132ª	
GISELI SANTA CRUZ MARINHO	133ª	
ALEXANDRE BRUNO BARBOSA CABRAL	134ª	
CAIO MILANESI JORGE WARDE	135ª	
MELISSA VILLAR CABETE GONÇALVES	136ª	
AMANDA BEATRIZ FIGUEIREDO SARAGOÇA	137ª	
RAMON ELIAS DE SOUZA SANTOS	138ª	
NATHALIA OLIVEIRA NUNES	139ª	
IZABELA RODRIGUES DE LIMA	140ª	
MARCELA CORREA DA COSTA	141ª	
YASMIM AWADALLA EL HAJJAR	142ª	
GIORDANNA SANT ANNA FREITAS	143ª	
LETICIA SCALONE MOYA	144ª	
RAFAEL HENRIQUE NASCIMENTO E SILVA	145ª	
MARIA EDUARDA CABREIRA ANTUNES ROSA	146ª	

### 1.5 COMARCA DE CASSILÂNDIA

**LOCAL:** Edifício das Promotorias de Justiça, situado na Rua Sebastião Martins da Silva, 800, Alto Izanópolis, Cassilândia.

CANDIDATO(A)	CLASSIFICAÇÃO GERAL	CLASSIFICAÇÃO RESERVA DE COTAS
MARIA FERNANDA DUTRA SILVA	2ª	

### 1.6 COMARCA DE CORUMBÁ

**LOCAL:** Edifício das Promotorias de Justiça, situado na Rua América, n. 1880, Centro, Corumbá.

CANDIDATO(A)	CLASSIFICAÇÃO GERAL	CLASSIFICAÇÃO RESERVA DE COTAS
ALAM HENRIQUE RIBEIRO DELGADO CORTEZ	5ª	
SAMYRA BARROS FERREIRA	6ª	
ANA PAULA ALVES DE SOUZA	7ª	
RALSON DE JESUS ALBUQUERQUE MARQUES	8ª	

### 1.7 COMARCA DE DOURADOS

**LOCAL:** Edifício das Promotorias de Justiça, situado na Rua João Corrêa Neto, 400, Santo Antônio, Dourados.



CANDIDATO(A)	CLASSIFICAÇÃO GERAL	CLASSIFICAÇÃO RESERVA DE COTAS
VANESSA PRISCILA MOYA	21ª	
KAUE PALHANO DA SILVA	22ª	
MAIKON LUIZ DA COSTA BAPTISTA (n)		12ª
GIOVANNA PORTO FLORIANO VENTURA	23ª	
JASON VIANA DE LIMA	24ª	
LUCCA PARISI E LIMA	25ª	
ISABELLI CRISTINE BARBOSA	26ª	
THALES MASSARO BECARO	27ª	
CAROLINA KOCHI RIBEIRO	28ª	
MÔNICA PEREIRA DA SILVA	29ª	
GUSTAVO GALILEU MARTINS	30ª	
BEATRIZ SILVA DE OLIVEIRA	31ª	
JOÃO ALBERTO COSTACURTA	32ª	
STELLA QUEIROZ PIOLI	33ª	
GABRIELA OLIVEIRA BRUM	34ª	
STEPHANIE ROCHA AZENHA GUIMARÃES DA SILVA	35ª	

\* Legendas: (N) – Negro; (PCD) - Pessoa com Deficiência; (I) – Indígena;

\*\* Vagas destinadas aos candidatos cotistas conforme previsão do Edital n. 1/2021-XXIVPSE-MPMS (Item VI).

### 1.8 COMARCA DE FÁTIMA DO SUL

**LOCAL:** Edifício das Promotorias de Justiça, situado na Rua Ipiranga, 810, Jardim Primavera, Fátima do Sul.

CANDIDATO(A)	CLASSIFICAÇÃO GERAL	CLASSIFICAÇÃO RESERVA DE COTAS
THAMIRES MARCONDES RUIZ	4ª	
JOSÉ ROBERTO PORTO JUNIOR	5ª	
CAROLINE FARIA CAMARGO	6ª	
JOAO PEDRO LEMES SILVA	7ª	

### 1.9 COMARCA DE E ITAPORÃ

**LOCAL:** Edifício das Promotorias de Justiça, situado na Avenida Stefano Gonelo, 62, Centro, Itaporã.

CANDIDATO(A)	CLASSIFICAÇÃO GERAL	CLASSIFICAÇÃO RESERVA DE COTAS
TAYNARA GUERRA DE SOUZA	1ª	

### 1.10 COMARCA DE MARACAJU

**LOCAL:** Edifício das Promotorias de Justiça, situado na Rua Appa, 141, Centro, Maracaju.

CANDIDATO(A)	CLASSIFICAÇÃO GERAL	CLASSIFICAÇÃO RESERVA DE COTAS
GABRIELLE WOCHNER MENDONÇA	3ª	

### 1.11 COMARCA DE PARANAÍBA

**LOCAL:** Edifício das Promotorias de Justiça, situado na Rua José Robalinho da Silva, 215, Jardim Santa Mônica, Paranaíba.

CANDIDATO(A)	CLASSIFICAÇÃO GERAL	CLASSIFICAÇÃO RESERVA DE COTAS
ANA LUIZA MORAIS MARTENEXEN	9ª	
ISADORA FERREIRA GUIMARÃES	10ª	
PEDRO HENRIQUE ANDRADE PILGER	11ª	
MARIANA CARDOSO NANTES	12ª	
VANESSA FERRERIA DA CRUZ	13ª	
GUILHERME AUGUSTO DODORICO	14ª	

### 1.12 COMARCA DE PONTA PORÃ



**LOCAL:** Edifício das Promotorias de Justiça, situado na Rua Baltazar Saldanha, 1613, Da Saudade, Ponta Porã.

CANDIDATO(A)	CLASSIFICAÇÃO GERAL	CLASSIFICAÇÃO RESERVA DE COTAS
ANA GABRIELA CABALLERO FERNANDES	9ª	
GABRIELA LENCINA CHAVES	10ª	

### 1.13 COMARCA DE TRÊS LAGOAS

**LOCAL:** Edifício das Promotorias de Justiça, situado na Rua Elviro Mário Mancine, 860, Centro, Três Lagoas.

CANDIDATO(A)	CLASSIFICAÇÃO GERAL	CLASSIFICAÇÃO RESERVA DE COTAS
FREDERICO PARRA PAULINO	10ª	
IGOR LOPES DA COSTA	11ª	
ANTONIO BELMIRO DE SOUZA (N)		1ª
LUIZ LEONARDO FERREIRA DE PAULA	12ª	
ANA JULIA RODRIGUES DA SILVA	13ª	
FELIPE JOÃO VIEIRA DE SOUZA	14ª	
LÍVIA GARCIA DE OLIVEIRA	15ª	
BRUNO HENRIQUE NUNES VIEIRA	16ª	
ANA CLARA MATOZO ESPECIATO	17ª	
LARISSA TALDIVO AMORIM	18ª	
GIOVANA LEMOS ROCHA	19ª	
MARIA EDUARDA JUSTINO DA SILVA	20ª	
FLÁVIO BRUNO GONÇALVES GUIMARÃES	21ª	
STÉFANI MALAQUIAS DA SILVA	22ª	
BEATRIZ MOREIRA DOS SANTOS	23ª	
DIOGO CÉSAR BOMFIM FEITOSA SANTOS	24ª	
ELOISA PILAR COSTA VINHA	25ª	

## 2. RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA CREDENCIAMENTO

**2.1.** Para admissão, o(a) candidato(a) de nível superior/graduação deverá apresentar os seguintes documentos:

DISCRIMINAÇÃO
Fotocópia legível do RG e do CPF;
1 (uma) foto 3X4 (três por quatro), recente e colorida;
Atestado médico que comprove a aptidão clínica necessária à realização das atividades de estágio, por meio de anamnese e exame físico;
Certidão de inexistência de antecedentes criminais das localidades onde o candidato houver residido nos últimos 5 (cinco) anos, emitida pelas Justiças Federal e Estadual, e pelas Polícias Federal e Estadual;
Declaração de ausência dos impedimentos previstos nos arts. 42 e 50 da Resolução nº 15/2010-PGJ e no art. 19 da Resolução CNMP nº 42 (modelo disponível no Portal do MPMS – link Estagiários);
Ficha de cadastro (disponível no Portal do MPMS – link Estagiários);
Declaração de que não exerce função em diretoria de partido político (Anexo VI);
Comprovante de conta corrente no Banco do Brasil S/A.
É também obrigatória para a admissão dos candidatos de nível superior/graduação a apresentação de declaração ou certidão de matrícula atualizada, emitida por instituição de ensino conveniada com o MPMS, em que constem as seguintes informações:
a) ano letivo, turno e semestre;
b) o número de dependências de disciplinas (se houver); e
c) data prevista para conclusão do curso.

**REITERA-SE O ENDEREÇO ELETRÔNICO PARA ENVIO DA MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE NO ESTÁGIO E DA DOCUMENTAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO:** [ged@mpms.mp.br](mailto:ged@mpms.mp.br). AS DÚVIDAS PODERÃO SER TIRADAS NOS TELEFONES DA GED: (67) 3357-2555 / 3357-2556 / 3357-2658 E (67) 99300-4489 (APENAS MENSAGENS).

Campo Grande, 29 de novembro de 2022.

CLARISSA CARLOTTO TORRES

Promotora de Justiça

Coordenadora da Gestão de Estagiários de Direito

**AVISO Nº 116/2022-GED****XXIV PROCESSO DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (MPMS), por intermédio da Promotora de Justiça e Coordenadora da Gestão de Estagiários de Direito (GED), Clarissa Carlotto Torres, **CONVOCA os candidatos de graduação em Direito** aprovados no XXIV Processo de Seleção de Estagiários do MPMS, homologado por meio do Aviso nº 001/2022-CPS-XXIVPSE-MPMS, de 27 de abril de 2022, publicado no Diário Oficial do Ministério Público (DOMP) nº 2.654, de 28 de abril de 2022, **já convocados no AVISO Nº 80/2022 – GED, e que já manifestaram interesse no estágio e fizeram a opção de turno vespertino**, dentro do prazo indicado, para a entrega dos documentos necessários ao credenciamento.

OS CANDIDATOS CONVOCADOS DEVERÃO ENVIAR *E-MAIL* PARA A GESTÃO DE ESTAGIÁRIOS DE DIREITO – [ged@mpms.mp.br](mailto:ged@mpms.mp.br) – **ENTRE OS DIAS 30/11/2022 e 07/12/2022, ATÉ ÀS 19H**, COM A DOCUMENTAÇÃO INDICADA NO ITEM 11 DO CAPÍTULO X DO EDITAL Nº 1/2021-XXIVPSE-MPMS, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2021, PUBLICADO NO DOMP Nº 2.570, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2021, REPRODUZIDA NO ITEM 2 DESTA AVISO (**RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA CREDENCIAMENTO**).

**O E-MAIL DEVERÁ CONTER NO ASSUNTO O NOME DO(A) CANDIDATO(A) E O NÍVEL DE ESCOLARIDADE (GRADUAÇÃO).**

**1.1 COMARCA DE DOURADOS**

**LOCAL:** Edifício das Promotorias de Justiça, situado na Rua João Corrêa Neto, 400, Santo Antônio, Dourados.

CANDIDATO(A)	CLASSIFICAÇÃO GERAL	CLASSIFICAÇÃO RESERVA DE COTAS
LUCAS EDUARDO DOS SANTOS	14ª	
RAÍSSA RAIMUNDO DA SILVA (N)		8ª
ARIELI MAKINO SATO	15ª	

\* Legendas: (N) – Negro; (PCD) - Pessoa com Deficiência; (I) – Indígena;

\*\* Vagas destinadas aos candidatos cotistas conforme previsão do Edital n. 1/2021-XXIVPSE-MPMS (Item VI).

**2. RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA CREDENCIAMENTO**

**2.1.** Para admissão, o(a) candidato(a) de nível superior/graduação deverá apresentar os seguintes documentos:

DISCRIMINAÇÃO
Fotocópia legível do RG e do CPF;
1 (uma) foto 3X4 (três por quatro), recente e colorida;
Atestado médico que comprove a aptidão clínica necessária à realização das atividades de estágio, por meio de anamnese e exame físico;
Certidão de inexistência de antecedentes criminais das localidades onde o candidato houver residido nos últimos 5 (cinco) anos, emitida pelas Justiças Federal e Estadual, e pelas Polícias Federal e Estadual;
Declaração de ausência dos impedimentos previstos nos arts. 42 e 50 da Resolução nº 15/2010-PGJ e no art. 19 da Resolução CNMP nº 42 (modelo disponível no Portal do MPMS – link Estagiários);
Ficha de cadastro (disponível no Portal do MPMS – link Estagiários);
Declaração de que não exerce função em diretoria de partido político (Anexo VI);
Comprovante de conta corrente no Banco do Brasil S/A.
É também obrigatória para a admissão dos candidatos de nível superior/graduação a apresentação de declaração ou certidão de matrícula atualizada, emitida por instituição de ensino conveniada com o MPMS, em que constem as seguintes informações:
a) ano letivo, turno e semestre;
b) o número de dependências de disciplinas (se houver); e
c) data prevista para conclusão do curso.

**REITERA-SE O ENDEREÇO ELETRÔNICO PARA ENVIO DA MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE NO ESTÁGIO E DA DOCUMENTAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO:** [ged@mpms.mp.br](mailto:ged@mpms.mp.br). AS DÚVIDAS PODERÃO SER TIRADAS NOS TELEFONES DA GED: (67) 3357-2555 / 2556/2557/2558.

Campo Grande, 29 de novembro de 2022.

CLARISSA CARLOTTO TORRES

Promotora de Justiça

Coordenadora da Gestão de Estagiários de Direito



**AVISO Nº 117/2022-GED****XXIV PROCESSO DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (MPMS), por intermédio da Promotora de Justiça e Coordenadora da Gestão de Estagiários de Direito (GED), Clarissa Carlotto Torres, **CONVOCA os candidatos de graduação em Direito** aprovados no XXIV Processo de Seleção de Estagiários do MPMS, homologado por meio do Aviso nº 001/2022-CPS-XXIVPSE-MPMS, de 27 de abril de 2022, publicado no Diário Oficial do Ministério Público (DOMP) nº 2.654, de 28 de abril de 2022, **já convocados no AVISO Nº 92/2022 – GED, e que já manifestaram interesse no estágio e fizeram a opção de turno vespertino**, dentro do prazo indicado, para a entrega dos documentos necessários ao credenciamento.

OS CANDIDATOS CONVOCADOS DEVERÃO ENVIAR *E-MAIL* PARA A GESTÃO DE ESTAGIÁRIOS DE DIREITO – [ged@mpms.mp.br](mailto:ged@mpms.mp.br) – **ENTRE OS DIAS 30/11/2022 e 07/12/2022, ATÉ ÀS 19H**, COM A DOCUMENTAÇÃO INDICADA NO ITEM 11 DO CAPÍTULO X DO EDITAL Nº 1/2021-XXIVPSE-MPMS, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2021, PUBLICADO NO DOMP Nº 2.570, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2021, REPRODUZIDA NO ITEM 2 DESTA AVISO (**RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA CREDENCIAMENTO**).

**O E-MAIL DEVERÁ CONTER NO ASSUNTO O NOME DO(A) CANDIDATO(A) E O NÍVEL DE ESCOLARIDADE (GRADUAÇÃO).**

**1.1 COMARCA DE PARANAÍBA**

**LOCAL:** Edifício das Promotorias de Justiça, situado na Rua José Robalinho da Silva, 215, Jardim Santa Mônica, Paranaíba.

CANDIDATO(A)	CLASSIFICAÇÃO GERAL	CLASSIFICAÇÃO RESERVA DE COTAS
LAILA DOS SANTOS VIANA	2ª	
TÉRCIO PENHA DE OLIVEIRA (n)	92	1ª

\* Legendas: (N) – Negro; (PCD) - Pessoa com Deficiência; (I) – Indígena;

\*\* Vagas destinadas aos candidatos cotistas conforme previsão do Edital n. 1/2021-XXIVPSE-MPMS (Item VI).

**2. RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA CREDENCIAMENTO**

**2.1.** Para admissão, o(a) candidato(a) de nível superior/graduação deverá apresentar os seguintes documentos:

DISCRIMINAÇÃO
Fotocópia legível do RG e do CPF;
1 (uma) foto 3X4 (três por quatro), recente e colorida;
Atestado médico que comprove a aptidão clínica necessária à realização das atividades de estágio, por meio de anamnese e exame físico;
Certidão de inexistência de antecedentes criminais das localidades onde o candidato houver residido nos últimos 5 (cinco) anos, emitida pelas Justiças Federal e Estadual, e pelas Polícias Federal e Estadual;
Declaração de ausência dos impedimentos previstos nos arts. 42 e 50 da Resolução nº 15/2010-PGJ e no art. 19 da Resolução CNMP nº 42 (modelo disponível no Portal do MPMS – link Estagiários);
Ficha de cadastro (disponível no Portal do MPMS – link Estagiários);
Declaração de que não exerce função em diretoria de partido político (Anexo VI);
Comprovante de conta corrente no Banco do Brasil S/A.
É também obrigatória para a admissão dos candidatos de nível superior/graduação a apresentação de declaração ou certidão de matrícula atualizada, emitida por instituição de ensino conveniada com o MPMS, em que constem as seguintes informações:
a) ano letivo, turno e semestre;
b) o número de dependências de disciplinas (se houver); e
c) data prevista para conclusão do curso.

**REITERA-SE O ENDEREÇO ELETRÔNICO PARA ENVIO DA MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE NO ESTÁGIO E DA DOCUMENTAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO:** [ged@mpms.mp.br](mailto:ged@mpms.mp.br). AS DÚVIDAS PODERÃO SER TIRADAS NOS TELEFONES DA GED: (67) 3357-2555 / 2556/2557/2558.

Campo Grande, 29 de novembro de 2022.

CLARISSA CARLOTTO TORRES

Promotora de Justiça

Coordenadora da Gestão de Estagiários de Direito

**AVISO Nº 118/2022-GED****XXIV PROCESSO DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (MPMS), por intermédio da Promotora de Justiça e Coordenadora da Gestão de Estagiários de Direito (GED), Clarissa Carlotto Torres, **CONVOCA o candidato de graduação em Direito** aprovado no XXIV Processo de Seleção de Estagiários do MPMS, homologado por meio do Aviso nº 001/2022-CPS-XXIVPSE-MPMS, de 27 de abril de 2022, publicado no Diário Oficial do Ministério Público (DOMP) nº 2.654, de 28 de abril de 2022, **já convocado no AVISO Nº 99/2022 – GED, e que já manifestou interesse no estágio e fez a opção de turno vespertino**, dentro do prazo indicado, para a entrega dos documentos necessários ao credenciamento.

O CANDIDATO CONVOCADO DEVERÁ ENVIAR *E-MAIL* PARA A GESTÃO DE ESTAGIÁRIOS DE DIREITO – **ged@mpms.mp.br** – **ENTRE OS DIAS 30/11/2022 e 07/12/2022, ATÉ ÀS 19H**, COM A DOCUMENTAÇÃO INDICADA NO ITEM 11 DO CAPÍTULO X DO EDITAL Nº 1/2021-XXIVPSE-MPMS, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2021, PUBLICADO NO DOMP Nº 2.570, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2021, REPRODUZIDA NO ITEM 2 DESTA AVISO (**RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA CREDENCIAMENTO**).

**O E-MAIL DEVERÁ CONTER NO ASSUNTO O NOME DO CANDIDATO E O NÍVEL DE ESCOLARIDADE (GRADUAÇÃO).**

**1.1 COMARCA DE PARANAÍBA**

**LOCAL:** Edifício das Promotorias de Justiça, situado na Rua José Robalinho da Silva, 215, Jardim Santa Mônica, Paranaíba.

CANDIDATO(A)	CLASSIFICAÇÃO GERAL	CLASSIFICAÇÃO RESERVA DE COTAS
KAUÃ SANTOS LONGATE (n)	2ª	2ª

\* Legendas: (N) – Negro; (PCD) - Pessoa com Deficiência; (I) – Indígena;

\*\* Vagas destinadas aos candidatos cotistas conforme previsão do Edital n. 1/2021-XXIVPSE-MPMS (Item VI).

**2. RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA CREDENCIAMENTO**

**2.1.** Para admissão, o(a) candidato(a) de nível superior/graduação deverá apresentar os seguintes documentos:

DISCRIMINAÇÃO
Fotocópia legível do RG e do CPF;
1 (uma) foto 3X4 (três por quatro), recente e colorida;
Atestado médico que comprove a aptidão clínica necessária à realização das atividades de estágio, por meio de anamnese e exame físico;
Certidão de inexistência de antecedentes criminais das localidades onde o candidato houver residido nos últimos 5 (cinco) anos, emitida pelas Justiças Federal e Estadual, e pelas Polícias Federal e Estadual;
Declaração de ausência dos impedimentos previstos nos arts. 42 e 50 da Resolução nº 15/2010-PGJ e no art. 19 da Resolução CNMP nº 42 (modelo disponível no Portal do MPMS – link Estagiários);
Ficha de cadastro (disponível no Portal do MPMS – link Estagiários);
Declaração de que não exerce função em diretoria de partido político (Anexo VI);
Comprovante de conta corrente no Banco do Brasil S/A.
É também obrigatória para a admissão dos candidatos de nível superior/graduação a apresentação de declaração ou certidão de matrícula atualizada, emitida por instituição de ensino conveniada com o MPMS, em que constem as seguintes informações: a) ano letivo, turno e semestre; b) o número de dependências de disciplinas (se houver); e c) data prevista para conclusão do curso.

**REITERA-SE O ENDEREÇO ELETRÔNICO PARA ENVIO DA MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE NO ESTÁGIO E DA DOCUMENTAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO: [ged@mpms.mp.br](mailto:ged@mpms.mp.br). AS DÚVIDAS PODERÃO SER TIRADAS NOS TELEFONES DA GED: (67) 3357-2555 / 2556/2557/2558.**

Campo Grande, 29 de novembro de 2022

CLARISSA CARLOTTO TORRES

Promotora de Justiça

Coordenadora da Gestão de Estagiários de Direito

**AVISO Nº 119/2022-GED****XXIV PROCESSO DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (MPMS), por intermédio da Promotora de Justiça e Coordenadora da Gestão de Estagiários de Direito (GED), Clarissa Carlotto Torres, **CONVOCA os candidatos de graduação em Direito** aprovados no XXIV Processo de Seleção de Estagiários do MPMS, homologado por meio do Aviso nº 001/2022-CPS-XXIVPSE-MPMS, de 27 de abril de 2022, publicado no Diário Oficial do Ministério Público (DOMP) nº 2.654, de 28 de abril de 2022, **já convocados no AVISO Nº 108/2022 – GED, e que já manifestaram interesse no estágio e fizeram a opção de turno vespertino**, dentro do prazo indicado, para a entrega dos documentos necessários ao credenciamento.

OS CANDIDATOS CONVOCADOS DEVERÃO ENVIAR *E-MAIL* PARA A GESTÃO DE ESTAGIÁRIOS DE DIREITO – [ged@mpms.mp.br](mailto:ged@mpms.mp.br) – **ENTRE OS DIAS 30/11/2022 e 07/12/2022, ATÉ ÀS 19H**, COM A DOCUMENTAÇÃO INDICADA NO ITEM 11 DO CAPÍTULO X DO EDITAL Nº 1/2021-XXIVPSE-MPMS, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2021, PUBLICADO NO DOMP Nº 2.570, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2021, REPRODUZIDA NO ITEM 2 DESTE AVISO (**RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA CREDENCIAMENTO**).

**O E-MAIL DEVERÁ CONTER NO ASSUNTO O NOME DO(A) CANDIDATO(A) E O NÍVEL DE ESCOLARIDADE (GRADUAÇÃO).**

**1.1 COMARCA DE DOURADOS**

**LOCAL:** Edifício das Promotorias de Justiça, situado na Rua João Corrêa Neto, 400, Santo Antônio, Dourados.

CANDIDATO(A)	CLASSIFICAÇÃO GERAL	CLASSIFICAÇÃO RESERVA DE COTAS
SARA MORAES BONITO SILVA	17ª	
GIOVANA ASSIS VIANA	18ª	
GEOVANE APARECIDO LINS ARCANJO	20ª	

**2. RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA CREDENCIAMENTO**

**2.1.** Para admissão, o(a) candidato(a) de nível superior/graduação deverá apresentar os seguintes documentos:

DISCRIMINAÇÃO
Fotocópia legível do RG e do CPF;
1 (uma) foto 3X4 (três por quatro), recente e colorida;
Atestado médico que comprove a aptidão clínica necessária à realização das atividades de estágio, por meio de anamnese e exame físico;
Certidão de inexistência de antecedentes criminais das localidades onde o candidato houver residido nos últimos 5 (cinco) anos, emitida pelas Justiças Federal e Estadual, e pelas Polícias Federal e Estadual;
Declaração de ausência dos impedimentos previstos nos arts. 42 e 50 da Resolução nº 15/2010-PGJ e no art. 19 da Resolução CNMP nº 42 (modelo disponível no Portal do MPMS – link Estagiários);
Ficha de cadastro (disponível no Portal do MPMS – link Estagiários);
Declaração de que não exerce função em diretoria de partido político (Anexo VI);
Comprovante de conta corrente no Banco do Brasil S/A.
É também obrigatória para a admissão dos candidatos de nível superior/graduação a apresentação de declaração ou certidão de matrícula atualizada, emitida por instituição de ensino conveniada com o MPMS, em que constem as seguintes informações:
a) ano letivo, turno e semestre;
b) o número de dependências de disciplinas (se houver); e
c) data prevista para conclusão do curso.

**REITERA-SE O ENDEREÇO ELETRÔNICO PARA ENVIO DA MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE NO ESTÁGIO E DA DOCUMENTAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO:** [ged@mpms.mp.br](mailto:ged@mpms.mp.br). AS DÚVIDAS PODERÃO SER TIRADAS NOS TELEFONES DA GED: (67) 3357-2555 / 2556/2557/2558.

Campo Grande, 29 de novembro de 2022.

CLARISSA CARLOTTO TORRES  
Promotora de Justiça  
Coordenadora da Gestão de Estagiários de Direito

**AVISO Nº 120/2022-GED****XXIV PROCESSO DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (MPMS), por intermédio da Promotora de Justiça e Coordenadora da Gestão de Estagiários de Direito (GED), Clarissa Carlotto Torres, declara a **DECADÊNCIA** do direito de ser empossado do candidato aprovado no XXIV Processo de Seleção de Estagiários do MPMS abaixo relacionado, uma vez que tal candidato não apresentou a documentação necessária ao credenciamento nos prazos indicados na convocação constante do Aviso nº 111/2022-GED, publicado no Diário Oficial do Ministério Público (DOMP) nº 2.781, de 07/11/2022.

CANDIDATO	COMARCA	NÍVEL
VAGNER DE SOUZA CHAVES	Campo Grande	Pós-graduação

Campo Grande, 29 de novembro de 2022.

CLARISSA CARLOTTO TORRES  
Promotora de Justiça  
Coordenadora da Gestão de Estagiários de Direito

**AVISO Nº 121/2022-GED****XXIV PROCESSO DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (MPMS), por intermédio da Promotora de Justiça e Coordenadora da Gestão de Estagiários de Direito (GED), Clarissa Carlotto Torres, torna pública as manifestações dos candidatos aprovados no XXIV Processo de Seleção de Estagiários do MPMS convocados por meio do Aviso nº 111/2022-GED, publicado no Diário Oficial do Ministério Público (DOMP) nº 2.781 de 07.11.2022, que optaram pela **DESISTÊNCIA TEMPORÁRIA** da vaga de estagiário, renunciando à sua classificação original e sendo reposicionados em último lugar na fila dos aprovados, nos termos do item 7 do Capítulo X do Edital nº 001/2021-XXIVPSE-MPMS, publicado no DOMP nº 2.570, de 03 de dezembro de 2021.

CANDIDATOS	COMARCA	NÍVEL
RAFAEL BARBOSA PARACAMPOS	Campo Grande	Pós-graduação
NATHIELY SANTOS LEITE LUZ	Campo Grande	Pós-graduação
ANDRESSA CARVALHO DIAS	Campo Grande	Pós-graduação
SEBASTIÃO MONTEIRO SOARES	Campo Grande	Pós-graduação
JHONE DIEGO DA SILVA	Campo Grande	Pós-graduação
FERNANDA ABREGO XAVIER	Campo Grande	Pós-graduação

Campo Grande, 29 de novembro de 2022.

CLARISSA CARLOTTO TORRES  
Promotora de Justiça  
Coordenadora da Gestão de Estagiários de Direito



## SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS

### AVISO Nº 025/2022-SGP

### XXIV PROCESSO DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, MPMS, por intermédio da Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **CONVOCA** os candidatos aprovados no XXIV Processo de Seleção de Estagiários do MPMS, homologado por meio do AVISO Nº 001/2022/CPS-XXIVPSE-MPMS, de 27 de abril de 2022, publicado no DOMP nº 2654, de 28 de abril de 2022, para entrega dos documentos necessários ao credenciamento.

Os candidatos convocados deverão enviar e-mail, **no prazo de 3 (três) dias úteis**, quais sejam: 1º/12/2022, 02/12/2022 e 05/12/2022, para [estagiariosadm@mpms.mp.br](mailto:estagiariosadm@mpms.mp.br) a fim de manifestar interesse no exercício do estágio, desistência formal ou transposição para o final da lista de aprovados.

Formalizada a manifestação de interesse, o candidato deverá **enviar os documentos para o credenciamento, para o e-mail [estagiariosadm@mpms.mp.br](mailto:estagiariosadm@mpms.mp.br) até o dia 12 de dezembro de 2022.**

Os documentos a serem encaminhados para o e-mail [estagiariosadm@mpms.mp.br](mailto:estagiariosadm@mpms.mp.br) estão relacionados no Capítulo X do EDITAL Nº 1/2021-XXIVPSE-MPMS, de 2 de dezembro de 2021, publicado no DOMP nº 2570, de 3 de dezembro de 2021, e especificados ao final deste Aviso (Relação de documentos para credenciamento).

Os documentos originais deverão permanecer sob guarda dos candidatos para eventuais conferências que se fizerem necessárias.

#### I – CONVOCAÇÃO

##### 1. COMARCA DE APARECIDA DO TABOADO

Local: Sede das Promotorias de Justiça de Aparecida do Taboado, situada na Avenida dos Estudantes, 3120 - Residencial Primavera, Aparecida do Taboado - MS.

##### ENSINO MÉDIO

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO
2º	SUÉLEN MARIA DE JESUS
3º	MILTON FREITAS FERREIRA

##### 2. COMARCA DE BANDEIRANTES

Local: Sede das Promotorias de Justiça de Bandeirantes, situada na Rua Francisco Antônio de Souza, 1460 - Centro, Bandeirantes - MS.

##### ENSINO MÉDIO

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO
1º	ALESSANDRO DA SILVA SOUZA

##### 3. COMARCA DE BELA VISTA

Local: Sede das Promotorias de Justiça de Bela Vista, situada na Rua Eduardo Peixoto, 1541 - Centro, Bela Vista - MS.

##### ENSINO MÉDIO

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO
2º	MARCOS EDUARDO MOURA GONÇALVES

##### 4. COMARCA DE BRASILÂNDIA

Local: Sede das Promotorias de Justiça de Brasilândia, situada na Rua Raimundo Assis de Alencar, 1075 - Centro, Brasilândia - MS.

##### ENSINO MÉDIO

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO
1º	RICHARD PERCILIO MORAES GONÇALVES

##### 5. COMARCA DE CAARAPÓ

Local: Sede das Promotorias de Justiça de Caarapó, situada na Avenida D. Pedro II, 1730 - Vila Planalto, Caarapó - MS.

**ENSINO MÉDIO**

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO
7º	MARIA LUIZA SANTOS ALVES

**6. COMARCA DE CAMPO GRANDE**

Local: Secretaria de Gestão de Pessoas, situada na Procuradoria-Geral de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, localizada na Rua Presidente Manuel Ferraz de Campos Salles, 214, Jardim Veraneio, Campo Grande - MS.

**ÁREA AMBIENTAL – NÍVEL PÓS-GRADUAÇÃO**

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO
4º	ANA LORENA DE OLIVEIRA SIMAS
5º	BRUNA SANAE MOROTO

**CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO – NÍVEL GRADUAÇÃO**

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO
11º	ARTHUR HENRIQUE ANDRADE FARIAS

**ENGENHARIA DE COMPUTAÇÃO - NÍVEL GRADUAÇÃO**

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO
7º	LUCAS MATTOS VILHALBA

**ENGENHARIA ELÉTRICA - NÍVEL GRADUAÇÃO**

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO
6º	MATHEUS FELIPE FERREIRA DE SOUZA

**7. COMARCA DE CASSILÂNDIA**

Local: Sede das Promotorias de Justiça de Cassilândia, situada na Rua Sebastião Martins da Silva, 800 - Alto Izanópolis, Cassilândia – MS.

**ENSINO MÉDIO**

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO
6º	VITOR MIGUEL LOURENÇO CARNEIRO

**8. COMARCA DE DOURADOS**

Local: Sede das Promotorias de Justiça de Dourados, situada na Rua João Corrêa Neto, 400 - Santo Antônio, Dourados - MS.

**ENSINO MÉDIO**

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO
9º	PEDRO HENRIQUE POGLIESI PAZ OLIVEIRA
10º	TABITA DE ALBUQUERQUE FERNANDES
11º	ÉRICA MAYARA SCHWINGEL DE ASSIS
12º	ARTHUR UHDRE HAMMARSTROM
13º	AARON D LUCA BOMEDIANO MARQUES

**9. COMARCA DE GLÓRIA DE DOURADOS**

Local: Sede das Promotorias de Justiça de Glória de Dourados, situada na Rua Rogério Luiz Rodrigues, - Centro, Glória de Dourados – MS.

**ENSINO MÉDIO**

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO
1º	JOEL JUNIOR ROSA

**10. COMARCA DE ITAPORÃ**

Local: Sede das Promotorias de Justiça de Itaporã, situada na Avenida Stefano Gonelo, 62 - Centro, Itaporã - MS.

**ENSINO MÉDIO**

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO
1º	LUIZA MARIANE PROENÇA AFONSO



**11. COMARCA DE IVINHEMA**

Local: Sede das Promotorias de Justiça de Ivinhema, situada na Praça dos Poderes, 900 - Vitória, Ivinhema - MS.

**ENSINO MÉDIO**

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO
1º	ÉMERSON LAURO MEURER
2º	MARIA VITÓRIA GIMENES DOS SANTOS

**12. COMARCA DE MUNDO NOVO**

Local: Sede das Promotorias de Justiça de Mundo Novo, situada na Av. São Paulo, 760 - Berneck, Mundo Novo - MS.

**ENSINO MÉDIO**

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO
3º	ELIABE TEIXEIRA DE ALMEIDA

**13. COMARCA DE NIOAQUE**

Local: Sede das Promotorias de Justiça de Nioaque, situada na Rua Coronel Juvêncio, 262 - Centro, Nioaque - MS.

**ENSINO MÉDIO**

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO
2º	LEONARDO DA COSTA MOURA LEONE

**14. COMARCA DE PARANAÍBA**

Local: Sede das Promotorias de Justiça de Paranaíba, situada na Rua José Robalinho da Silva, 215 - Jardim Santa Mônica, Paranaíba - MS.

**ENSINO MÉDIO**

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO
2º	GEOVANA ALVES PRACIDIO
3º	JOÃO GABRIEL DE SOUZA BORGES*

\*Candidatos que se declararam negros

**15. COMARCA DE SETE QUEDAS**

Local: Sede das Promotorias de Justiça de Sete Quedas, situada na Rua Rui Barbosa, 780, Sete Quedas - MS.

**ENSINO MÉDIO**

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO
4º	VICTOR FELIPE RAMIRES

**16. COMARCA DE SONORA**

Local: Sede das Promotorias de Justiça de Sonora, situada na Rua 3 de junho, 90 - Centro, Sonora - MS.

**ENSINO MÉDIO**

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO
1º	LUIS EDUARDO FLORENTINO GRELLMANN

**17. COMARCA DE TERENOS**

Local: Sede das Promotorias de Justiça de Terenos, situada na Rua Pedro Cesco, 530 - Centro, Terenos - MS.

**ENSINO MÉDIO**

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO
2º	KATHLEEN COELHO BARBOSA

**18. COMARCA DE TRÊS LAGOAS**

Local: Sede das Promotorias de Justiça de Três Lagoas, situada na Rua Elviro Mário Mancine, 860 - Centro, Três Lagoas - MS.

**ENSINO MÉDIO.**

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO
15º	MARIA EDUARDA DE FARIA NERES

**RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA CREDENCIAMENTO:**

1) Fotocópia legível da cédula de identidade e do CPF;



- 2) 1 (uma) fotografia, 3x4 recente e colorida;
- 3) Atestado médico que comprove a aptidão clínica necessária à realização das atividades do estágio, por meio de anamnese e exame físico;
- 4) Certidão de inexistência de antecedentes criminais das localidades onde o candidato houver residido nos últimos 5 (cinco) anos, emitida pelas Justiças Federal e Estadual, e pelas Polícias Federal e Estadual;
- 5) Ficha de Cadastro;
- 6) Comprovante de conta-corrente no Banco do Brasil S/A;
- 7) Declaração de que não exerce função em diretoria de partido político;
- 8) Declaração de ausência dos impedimentos previstos nos arts. 42 e 50 da Resolução nº 015/2010-PGJ, de 27.7.2010, e no art. 19 da Resolução CNMP nº 42, de 16.6.2009;
- 9) Declaração ou certidão de matrícula atualizada, emitida pela instituição de ensino, conveniada com o MPMS, constando obrigatoriamente as seguintes informações, conforme o caso (não serão aceitos documentos que não contenham todas as informações especificadas):
  - I - curso de pós-graduação (especialização, mestrado ou doutorado), desenvolvido em uma das áreas de conhecimento especificadas: datas de início e término do curso e carga horária total;
  - II - curso de graduação: ano letivo, turno, semestre, número de dependências de disciplinas (se houver) e a data prevista para conclusão do curso, sendo que a declaração de matrícula do acadêmico de Graduação deve ser acompanhada pelo Histórico Escolar;
  - III - ensino médio: ano letivo, turno, semestre e data prevista para conclusão desse nível de ensino;
- 10) Diploma em curso de nível superior/graduação (documento específico para estagiários do nível de pós-graduação).

Cumpra observar que, diante de previsão expressa no EDITAL Nº 1/2021-XXIVPSE-MPMS, no Capítulo “X – Da Convocação e Admissão”, item 4, antes da entrega dos documentos necessários ao credenciamento: “4. O candidato regularmente convocado deverá manifestar-se, por meio de mensagem eletrônica, **no prazo de 3 (três) dias úteis**, para formalizar manifestação quanto ao interesse no exercício do estágio, desistência formal ou transposição para o final de lista, se for o caso, sob pena de decadência do direito de posse no processo de seleção”.

O e-mail para o qual a manifestação deverá ser enviada é [estagiariosadm@mpms.mp.br](mailto:estagiariosadm@mpms.mp.br).

Em caso de dúvidas, favor ligar para (67) 3318-2183.

Campo Grande, 29 de novembro de 2022.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

## SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

### EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2022NE005598 DE 25.11.2022 DO PROCESSO Nº 09.2022.00011583-9

Unidade Gestora: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Ordenadora de Despesa: Bianka Karina Barros da Costa, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Credor: MANA COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA.

Procedimento licitatório: Ata de Registro de Preços n.º 08/PGJ/2022 - Pregão Eletrônico n.º 09/PGJ/2022.

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios (açúcar refinado, adoçante e café) para atender ao Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor: R\$ 22.304,00 (vinte e dois mil trezentos e quatro reais), nos termos da Nota de Empenho nº 2022NE005598 de 25.11.2022.

Amparo legal: Inciso II, do artigo 15 da Lei nº 8.666/1993.

**EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 043/PGJ/2019****Processo: PGJ/10/4684/2018**

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado pela Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **SOFTPLAN PLANEJAMENTO E SISTEMAS LTDA.**, representada por **Rodrigo do Nascimento Santos**.

Procedimento licitatório: Inexigibilidade, nos termos do artigo 25, *caput*, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Amparo legal: Artigo 65, inciso I, alínea “b”, e § 1º, da Lei Federal nº 8.666/1993.

Objeto: Acréscimo de valor, no importe de R\$ 478.834,32 (quatrocentos e setenta e oito mil oitocentos e trinta e quatro reais e trinta e dois centavos), em decorrência da alteração da abrangência para a prestação do suporte de primeiro nível ao usuário.

Valor contratual estimado: R\$ 5.335.644,85 (cinco milhões trezentos e trinta e cinco mil seiscentos e quarenta e quatro reais e oitenta e cinco centavos).

Vigência: 28.11.2022 a 1º.7.2023.

Data de assinatura: 28 de novembro de 2022.

**EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 53/PGJ/2018****Processo: PGJ/10/2571/2018**

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **Águas Guariroba S/A**, representada por seu Diretor Presidente, **Themis de Oliveira**, e por seu Diretor Executivo, **Gabriel Martins Buim**.

Procedimento licitatório: Inexigibilidade, com fulcro no artigo 25, “*caput*”, da Lei Federal nº 8.666/93.

Amparo legal: Artigo 57, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/1993.

Objeto: Prorrogação do prazo de vigência contratual por mais 12 (doze) meses, consoante previsão contratual, item 6.1, da Cláusula Sexta.

Vigência: 07.12.2022 a 07.12.2023.

Data de assinatura: 29 de novembro de 2022.

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 142/PGJ/2022**

Processo nº 09.2022.00008675-0

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, por intermédio do **Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **SENAI - SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL**, representado por **Rodolpho Caesar Mangialardo**.

Procedimento licitatório: Dispensa de licitação.

Amparo legal: Artigo 24, inciso XIII, da Lei Federal nº 8.666/1993.

Objeto: Prestação de serviço técnico-profissional especializado a fim de confeccionar o projeto de *retrofit* do sistema de climatização do edifício-sede das Promotorias de Justiça da comarca de Campo Grande.

Valor contratual total: R\$ 123.300,00 (cento e vinte e três mil e trezentos reais), nos termos da Nota de Empenho nº 2022NE000624, datada de 18.11.2022.

Vigência: 28.11.2022 a 28.05.2024.

Data de assinatura: 28 de novembro de 2022.

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 144/PGJ/2022**

Processo nº 09.2022.00009090-9

Partes:

**1- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, por intermédio do **Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

**2- SENAI - SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL**, representado por **Rodolpho Caesar Mangialardo**.

Procedimento licitatório: Dispensa de licitação.

Amparo legal: Artigo 24, inciso XIII, da Lei Federal nº 8.666/1993.

Objeto: Fornecimento licença de uso, na modalidade de “ativos ilimitados”, referente ao *Software* Senai de Manutenção Industrial (SSMI), bem como prestar serviço de consultoria para implantação do referido sistema de gestão, para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor contratual total: R\$ 89.382,00 (oitenta e nove mil trezentos e oitenta e dois reais), nos termos das Notas de Empenho nº 2022NE000625 e nº 2022NE000626, datadas de 18.11.2022.

Vigência: 28.11.2022 a 28.11.2023.

Data de assinatura: 28 de novembro de 2022.

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 165/PGJ/2022**

Processo: 09.2022.00011156-5

Partes:

**1- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, por intermédio do **Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

**2- WANDA MÓVEIS E EQUIPAMENTOS LTDA**, representada por **Quesia Dourado Silva**.

Procedimento licitatório: Ata de Registro de Preços nº 06/PGJ/2022 - Pregão Eletrônico nº 36/PGJ/2021.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002 e Lei nº 8.666/1993 (e suas alterações).

Objeto: Aquisição de aparelhos de ar condicionado – tipo ‘*Split*’ (*inverter* e convencional), bombas para remoção de condensado, serviços de instalação e execução de tubulação com a finalidade de atender ao Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor contratual total: R\$ 6.005,00 (seis mil e cinco reais), nos termos das Notas de Empenho nº 2022NE000610, 2022NE000611 e 2022NE000612, datadas de 11.11.2022.

Vigência: 23.11.2022 a 23.11.2023.

Data de assinatura: 23 de novembro de 2022.

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 166/PGJ/2022**

Processo: 09.2022.00011179-8

Partes:

**1- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, por intermédio do **Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

**2- WANDA MÓVEIS E EQUIPAMENTOS LTDA**, representada por **Quesia Dourado Silva**.

Procedimento licitatório: Ata de Registro de Preços nº 06/PGJ/2022 - Pregão Eletrônico nº 36/PGJ/2021.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002 e Lei nº 8.666/1993 (e suas alterações).

Objeto: Aquisição de aparelhos de ar condicionado – tipo ‘*Split*’ (*inverter* e convencional), bombas para remoção de condensado, serviços de instalação e execução de tubulação com a finalidade de atender ao Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor contratual total: R\$ 7.028,00 (sete mil e vinte e oito reais), nos termos das Notas de Empenho nº 2022NE000615 e 2022NE000616, datadas de 11.11.2022.

Vigência: 23.11.2022 a 23.11.2023.

Data de assinatura: 23 de novembro de 2022.

**EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA****COMARCAS DE ENTRÂNCIA ESPECIAL****CAMPO GRANDE****EDITAL N. 140/2022/46PJ/CGR**

A 46ª Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição para consulta de quem possa interessar no seguinte endereço eletrônico: [www.mpms.mp.br](http://www.mpms.mp.br).

Inquérito Civil n. 06.2022.00001463-2

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações da Escola Estadual Mathias de Oliveira visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede estadual de ensino.

Campo Grande, 22 de novembro de 2022.

PAULO HENRIQUE CAMARGO IUNES

Promotor de Justiça

**ASMMP****EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

A Diretoria Executiva da **Associação Sul-Mato-Grossense dos Membros do Ministério Público**, com fulcro no artigo 20, inciso II, c/c artigos 13, 40 e 45, todos de seu Estatuto, convoca a **Assembleia Geral Ordinária**, a realizar-se no local, data e hora abaixo descritos, para tratar, discutir e deliberar acerca da seguinte ordem do dia:

1. Eleições para a Diretoria Executiva e para o Conselho Fiscal e Suplentes;

Atenção para a alteração da data do referido pleito, anteriormente agendado para o dia 9/12, **será realizado no dia 8 de dezembro**.

**Local:** Sede da Associação Sul-Mato-Grossense dos Membros do Ministério Público – ASMMP, na Rua Mendel, 197, Bairro Carandá Bosque I, Campo Grande/MS

**Data:** 08 de dezembro de 2022 (quinta-feira)

**Hora:** Início: 9h00

Término: 17h00

Campo Grande/MS, 29 de novembro de 2022.

ROMÃO ÁVILA MILHAN JUNIOR

Presidente da ASMMP

**FAMEH/MP****EDITAL DE RETIFICAÇÃO DE CONVOCAÇÃO**

O Presidente do **Fundo de Assistência Médico-Hospitalar do Ministério Público – FAMEH/MP**, convoca a **Assembleia Geral Ordinária** dos Associados **para nova data** a realizar-se de modo eletrônico, ou presencial no local, data e hora abaixo indicados, para tratar, discutir e deliberar acerca da seguinte ordem do dia:

- 1 - Eleições para a Diretoria Executiva;
- 2 - Eleições para o Conselho Fiscal, Titulares e Suplentes;
- 3 - Eleições para o Conselho Deliberativo.

**Local:** Sede da Associação Sul-Mato-Grossense dos Membros do Ministério Público  
Rua Mendel, 197, Bairro Carandá Bosque I – Campo Grande/MS.

**Data:** **08 de dezembro de 2022 (quinta-feira)**

**Hora:** Início: **9h.**

Término: **17h.**

O eleitor deverá atualizar junto ao FAMEH/MP, pelos telefones (67) 3326-3882 ou (67) 98145-4566, o seu endereço eletrônico até o dia 30/11/2022, a fim de possibilitar o exercício de seu voto por meio eletrônico.

Campo Grande/MS, 29 de novembro de 2022.

EDGAR ROBERTO LEMOS DE MIRANDA

Presidente

FAMEH/MP